STJ00113731

ROGÉRIO SANCHES CUNHA

MANUAL DE DIREITO PENAL volume único

PARTE ESPECIAL
(arts. 121 ao 361)

2022

EDITORA JusPODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

15ª edição | revista atualizada ampliada

STJ00113731

EDITORA JusPODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo
Tel: (11) 3582.5757
• Contato: https://www.editorajuspodivm.com.br/sac

Copyright: Edições *Jus*PODIVM

Diagramação: Isabella Giordano *(giordano.bella@gmail.com)*

Capa: Ana Caquetti

C972m Cunha, Rogério Sanches.
Manual de direito penal: parte especial (arts. 121 ao 361) / Rogério Sanches Cunha – 15. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: JusPODIVM, 2022.
1.328 p.

Bibliografia.
ISBN 978-65-5680-956-4.

1. Direito penal. 2. Parte especial. I. Título.

CDD 341.5

Todos os direitos desta edição reservados a Edições *Jus*PODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições *Jus*PODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

STJ00113731

SUMÁRIO

ÍNDICE DE PERGUNTAS 39

TÍTULO I
DOS CRIMES CONTRA A PESSOA 45

CAPÍTULO I – DOS CRIMES CONTRA A VIDA 45

1. Introdução 45
2. Homicídio 46
   - 2.1. Considerações iniciais 47
   - 2.2. Homicídio simples 48
     - 2.2.1. Sujeitos do crime 48
     - 2.2.2. Conduta 49
     - 2.2.3. Voluntariedade 50
     - 2.2.4. Consumação e tentativa 53
   - 2.3. Privilegiadoras, qualificadoras e majorantes do homicídio doloso 54
     - 2.3.1. Homicídio privilegiado (caso de diminuição de pena) 54
     - 2.3.2. Homicídio qualificado 57
     - 2.3.3. Homicídio doloso majorado 83
   - 2.4. Homicídio culposo 87
     - 2.4.1. Homicídio culposo majorado 89
   - 2.5. Perdão judicial 91
   - 2.6. Ação penal 93
   - 2.7. Princípio da especialidade 93
3. Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação 93
   - 3.1. Considerações iniciais 94
   - 3.2. Sujeitos do crime 97
   - 3.3. Conduta 100
   - 3.4. Voluntariedade 104
   - 3.5. Consumação e tentativa 105
   - 3.6. Majorantes de pena 106
   - 3.7. Duelo americano, roleta russa e pacto de morte (ambicídio) 108
   - 3.8. Testemunhas de Jeová 109
   - 3.9. O denominado "Desafio da Baleia Azul" 109
   - 3.10. Ação penal 110
   - 3.11. Princípio da especialidade 110
4. Infanticídio 111
   - 4.1. Considerações iniciais 111
   - 4.2. Sujeitos do crime 111
   - 4.3. Conduta 113
   - 4.4. Voluntariedade 114
   - 4.5. Consumação e tentativa 115
   - 4.6. Ação penal 115
5. Aborto 116
   - 5.1. Introdução 116
   - 5.2. Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento 117
     - 5.2.1. Considerações iniciais 117
     - 5.2.2. Sujeitos do crime 118
     - 5.2.3. Conduta 118
     - 5.2.4. Voluntariedade 119
     - 5.2.5. Consumação e tentativa 119
     - 5.2.6. Ação penal 120
   - 5.3. Aborto provocado por terceiro, sem o consentimento da gestante 120
     - 5.3.1. Considerações iniciais 120
     - 5.3.2. Sujeitos do crime 120
     - 5.3.3. Conduta 121
     - 5.3.4. Voluntariedade 121
     - 5.3.5. Consumação e tentativa 121
     - 5.3.6. Ação penal 121
   - 5.4. Aborto provocado por terceiro, com o consentimento da gestante 121
     - 5.4.1. Considerações iniciais 122
     - 5.4.2. Sujeitos do crime 122
     - 5.4.3. Conduta 122
     - 5.4.4. Voluntariedade 122
     - 5.4.5. Consumação e tentativa 122
     - 5.4.6. Dissenso presumido 122
     - 5.4.7. Ação penal 123
   - 5.5. Aborto majorado pelo resultado 123
     - 5.5.1. Considerações gerais 123

STJ00113731

5.6. Aborto legal: exclusão do crime. Ação penal 124
5.6.1. Considerações gerais 124
5.6.2. Aborto necessário 125
5.6.3. Aborto sentimental 125
5.6.4. Aborto do feto anencefálico... 130

CAPÍTULO II – DAS LESÕES CORPORAIS ... 133

1. Introdução 133
2. Lesão corporal..... 133
2.1. Considerações iniciais 134
2.2. Sujeitos do crime 136
2.3. Conduta..... 136
2.4. Voluntariedade 137
2.5. Consumação e tentativa 138
2.6. Lesão corporal dolosa de natureza leve..... 138
2.7. Qualificadoras, majorantes de pena e forma privilegiada 139
2.7.1. Lesão corporal de natureza grave 139
2.7.2. Lesão corporal de natureza gravíssima 141
2.7.3. Coexistência de qualificadoras 145
2.7.4. Lesão corporal seguida de morte 145
2.7.5. Lesão corporal dolosa privilegiada 146
2.7.6. Lesão corporal dolosa (ou preterdolosa) majorada..... 146
2.8. Substituição da pena..... 146
2.9. Lesão corporal culposa 147
2.9.1. Lesão corporal culposa majorada..... 147
2.10. Perdão judicial 147
2.11. Violência doméstica e familiar..... 148
2.11.1. Lesão corporal leve qualificada pela violência doméstica familiar 148
2.11.2. Lesão corporal grave, gravíssima ou seguida de morte majorada pela violência doméstica familiar 151
2.11.3. Lesão corporal leve no ambiente doméstico e familiar contra pessoa com deficiência..... 151
2.12. Lesão corporal contra autoridade ou agente de segurança pública 151
2.13. Lesão corporal contra a mulher por razões da condição do sexo feminino..... 152
2.14. Ação penal 153
2.15. Princípio da especialidade 157

CAPÍTULO III – PERICLITAÇÃO DA VIDA E DA SAÚDE 158

1. Introdução 158
2. Perigo de contágio venéreo..... 159
2.1. Considerações iniciais 159
2.2. Sujeitos do crime 160
2.3. Conduta..... 160
2.4. Voluntariedade 161
2.5. Consumação e tentativa 163
2.6. Ação penal 164
3. Perigo de contágio de moléstia grave..... 165
3.1. Considerações iniciais 165
3.2. Sujeitos do crime 165
3.3. Conduta..... 165
3.4. Voluntariedade 166
3.5. Consumação e tentativa 167
3.6. Ação penal 167
4. Perigo para a vida ou saúde de outrem... 167
4.1. Considerações iniciais 168
4.2. Sujeitos do crime 168
4.3. Conduta..... 168
4.4. Voluntariedade 170
4.5. Consumação e tentativa 170
4.6. Majorante de pena 170
4.7. Ação penal 171
5. Abandono de incapaz 171
5.1. Considerações iniciais 171
5.2. Sujeitos do crime 171
5.3. Conduta..... 172
5.4. Voluntariedade 173
5.5. Consumação e tentativa 173
5.6. Qualificadoras e majorantes de pena 173
5.6.1. Qualificadoras..... 173
5.6.2. Majorantes de pena 173
5.7. Ação penal 174
5.8. Princípio da especialidade 174
6. Exposição ou abandono de recém-nascido 174

STJ00113731

6.1. Considerações iniciais 175
6.2. Sujeitos do crime 175
6.3. Conduta..... 176
6.4. Voluntariedade 177
6.5. Consumação e tentativa 177
6.6. Qualificadoras 177
6.7. Ação penal 177
7. Omissão de socorro 178
7.1. Considerações iniciais 178
7.2. Sujeitos do crime 178
7.3. Conduta..... 180
7.4. Voluntariedade 181
7.5. Consumação e tentativa 182
7.6. Majorante de pena 182
7.7. Ação penal 183
7.8. Princípio da especialidade 183
8. Condicionamento de atendimento médico-hospitalar emergencial 184
8.1. Considerações iniciais 184
8.2. Sujeitos do crime 185
8.3. Conduta..... 186
8.4. Voluntariedade 187
8.5. Consumação e tentativa 187
8.6. Majorantes..... 187
8.7. Ação penal 187
8.8. Princípio da especialidade 188
9. Maus-tratos 188
9.1. Considerações iniciais 188
9.2. Sujeitos do crime 189
9.3. Conduta..... 190
9.4. Voluntariedade 192
9.5. Consumação e tentativa 192
9.6. Qualificadoras e majorantes de pena 193
9.6.1. Qualificadoras..... 193
9.6.2. Majorantes de pena 193
9.7. Ação penal 193
9.8. Princípio da especialidade 193

CAPÍTULO IV – DA RIXA 194

1. Introdução 194
2. Rixa..... 194
2.1. Considerações iniciais 194
2.2. Sujeitos do crime 195
2.3. Conduta..... 195
2.4. Voluntariedade 196
2.5. Consumação e tentativa 196
2.6. Qualificadora..... 198
2.7. Ação penal 199
2.8. Princípio da especialidade 200

CAPÍTULO V – DOS CRIMES CONTRA A HONRA 200

1. Introdução 200
2. Calúnia 203
2.1. Considerações iniciais 203
2.2. Sujeitos do crime 203
2.3. Conduta..... 205
2.4. Voluntariedade 207
2.5. Consumação e tentativa 208
2.6. Exceção da verdade 208
2.7. Exceção de notoriedade 210
2.8. Ação penal 210
2.9. Princípio da especialidade 210
3. Difamação..... 210
3.1. Considerações iniciais 211
3.2. Sujeitos do crime 211
3.3. Conduta..... 211
3.4. Voluntariedade 213
3.5. Consumação e tentativa 213
3.6. Exceção da verdade 213
3.7. Exceção de notoriedade 214
3.8. Ação penal 214
3.9. Princípio da especialidade 214
4. Injúria..... 214
4.1. Considerações iniciais 214
4.2. Sujeitos do crime 215
4.3. Conduta..... 215
4.4. Voluntariedade 216
4.5. Consumação e tentativa 217
4.6. Exceção da verdade e de notoriedade 217
4.7. Provocação. Retorsão (§ 1º) 217
4.8. Qualificadoras 218
4.8.1. Injúria real (§ 2º)..... 218
4.8.2. Injúria qualificada por preconceito (§ 3º) 219
4.9. Ação penal 223
4.10. Princípio da especialidade 223
5. Disposições comuns..... 223
5.1. Majorantes de pena..... 224
5.2. Exclusão do crime 226
5.2.1. Considerações gerais 227
5.3. Retratação..... 231

STJ00113731

5.3.1. Considerações gerais 232
5.4. Pedido de explicações 233
5.4.1. Considerações gerais 233
5.5. Ação penal 234
5.5.1. Considerações Gerais 234

CAPÍTULO VI – CRIMES CONTRA A LIBERDADE INDIVIDUAL 236

SEÇÃO I – CRIMES CONTRA A LIBERDADE PESSOAL 236

1. Introdução 236
2. Constrangimento ilegal 236
2.1. Considerações iniciais 237
2.2. Sujeitos do crime 237
2.3. Conduta 238
2.4. Voluntariedade 239
2.5. Consumação e tentativa 240
2.6. Majorante de pena e cúmulo material 240
2.7. Exclusão do crime 240
2.8. Ação penal 241
2.9. Princípio da especialidade 241
3. Ameaça 242
3.1. Considerações iniciais 242
3.2. Sujeitos do crime 243
3.3. Conduta 243
3.4. Voluntariedade 245
3.5. Consumação e tentativa 245
3.6. Ação penal 245
3.7. Princípio da especialidade 245
4. Perseguição 246
4.1. Considerações iniciais 246
4.2. Sujeitos do crime 247
4.3. Conduta 247
4.4. Voluntariedade 251
4.5. Consumação e tentativa 251
4.6. Majorantes 252
4.7. Ação penal 252
5. Violência psicológica contra a mulher 253
5.1. Considerações iniciais 253
5.2. Sujeitos do crime 255
5.3. Conduta 255
5.4. Voluntariedade 257
5.5. Consumação e tentativa 258
5.6. *Standard* probatório 259
5.7. Conflito aparente de normas 259
5.8. Ação penal 261
6. Sequestro e cárcere privado 261
6.1. Considerações iniciais 261
6.2. Sujeitos do crime 261
6.3. Conduta 262
6.4. Voluntariedade 263
6.5. Consumação e tentativa 264
6.6. Qualificadoras 264
6.7. Ação penal 266
6.8. Princípio da especialidade 266
7. Redução a condição análoga à de escravo 266
7.1. Considerações iniciais 267
7.2. Sujeitos do crime 269
7.3. Conduta 269
7.4. Voluntariedade 270
7.5. Consumação e tentativa 271
7.6. Majorante de pena 271
7.7. Ação penal 271
8. Tráfico de pessoas 271
8.1. Considerações iniciais 272
8.2. Sujeitos do crime 274
8.3. Conduta 274
8.4. Voluntariedade 277
8.5. Consumação e tentativa 282
8.6. Majorantes da pena 282
8.7. Minorante da pena 285
8.8. Ação penal 285
8.9. Prescrição 285

SEÇÃO II – CRIMES CONTRA A INVIOLABILIDADE DO DOMICÍLIO 286

1. Introdução 286
2. Violação de domicílio 286
2.1. Considerações iniciais 287
2.2. Sujeitos do crime 287
2.3. Conduta 288
2.4. Voluntariedade 289
2.5. Consumação e tentativa 289
2.6. Qualificadoras e majorantes de pena 289
2.6.1. Qualificadoras 289
2.6.2. Majorantes de pena 290
2.7. Exclusão do crime 290
2.8. Casa: conceito 291
2.9. Ação penal 294
2.10. Princípio da especialidade 294

STJ00113731

SEÇÃO III – DOS CRIMES CONTRA A INVIOLABILIDADE DE CORRESPONDÊNCIA 294

1. Introdução 294
2. Violação de correspondência 295
   2.1. Revogação do *caput* do art. 151 do CP 295
   2.2. Considerações iniciais 295
   2.3. Sujeitos do delito 296
   2.4. Conduta 297
   2.5. Voluntariedade 299
   2.6. Consumação e tentativa 299
3. Sonegação ou destruição de correspondência 299
   3.1. Considerações gerais 299
4. Violação de comunicação telegráfica, radioelétrica ou telefônica 300
   4.1. Considerações gerais (§ 1º, II) 301
   4.2. Impedimento de comunicação telegráfica ou radioelétrica ou conversação (§ 1º, III) 302
   4.3. Instalação ou utilização de estação ou aparelho radioelétrico, sem observância de disposição legal (§ 1º, IV) 302
   4.4. Qualificadora e majorante de pena 303
      4.4.1. Majorante de pena 303
      4.4.2. Qualificadora 303
   4.5. Ação penal 303
   4.6. Princípio da especialidade 304
5. Correspondência comercial 304
   5.1. Considerações iniciais 304
   5.2. Sujeitos do delito 305
   5.3. Conduta 305
   5.4. Voluntariedade 306
   5.5. Consumação e tentativa 306
   5.6. Ação penal 306

SEÇÃO IV – DOS CRIMES CONTRA A INVIOLABILIDADE DOS SEGREDOS 306

1. Introdução 306
2. Divulgação de segredo 306
   2.1. Considerações iniciais 307
   2.2. Sujeitos do delito 307
   2.3. Conduta 307
   2.4. Voluntariedade 308
   2.5. Consumação e tentativa 308
   2.6. Divulgação de informações sigilosas da Administração Pública (§ 1º-A) 309
   2.7. Ação penal 309
   2.8. Princípio da especialidade 309
3. Violação de segredo profissional 310
   3.1. Considerações iniciais 310
   3.2. Sujeitos do delito 310
   3.3. Conduta 311
   3.4. Voluntariedade 312
   3.5. Consumação e tentativa 312
   3.6. Ação penal 312
   3.7. Princípio da especialidade 312
4. Invasão de dispositivo informático 313
   4.1. Considerações iniciais 313
   4.2. Sujeitos do delito 314
   4.3. Conduta 315
   4.4. Voluntariedade 318
   4.5. Consumação e tentativa 318
   4.6. Qualificadora 319
   4.7. Majorantes 319
   4.8. Ação penal 320
   4.9. Princípio da especialidade 320
5. Ação penal 320

TÍTULO II
DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO 321

CAPÍTULO I – DO FURTO 321

1. Furto 321
   1.1. Considerações iniciais 322
   1.2. Sujeitos do crime 322
   1.3. Conduta 323
   1.4. Voluntariedade 325
   1.5. Consumação e tentativa 326
   1.6. Qualificadoras, majorante de pena, forma privilegiada e cláusula de equiparação 329
      1.6.1. Majorante: repouso noturno (§ 1º) 329
      1.6.2. Furto privilegiado ou mínimo (§ 2º) 331
      1.6.3. Cláusula de equiparação (§ 3º) 333
      1.6.4. Qualificadoras (§§ 4º, 4º-A, 4º-B, 5º, 6º e 7º) 337
   1.7. Ação penal 353
   1.8. Princípio da especialidade 353

STJ00113731

2. Furto de coisa comum 354
2.1. Considerações iniciais 354
2.2. Sujeitos do crime 354
2.3. Conduta..... 354
2.4. Voluntariedade 355
2.5. Consumação e tentativa 356
2.6. Ação penal 356

CAPÍTULO II – DO ROUBO E DA EXTORSÃO 356

1. Roubo..... 356
1.1. Considerações iniciais 357
1.2. Sujeitos do crime 357
1.3. Conduta..... 357
1.4. Voluntariedade 361
1.5. Consumação e tentativa 361
1.6. Majorantes de pena e qualificadoras 363
1.6.1. Majorantes de pena (§ 2º, § 2º-A e § 2º-B)..... 363
1.6.2. Roubo qualificado pelo resultado (§ 3º)..... 373
1.7. Ação penal 377
1.8. Princípio da especialidade 377
2. Extorsão 378
2.1. Considerações iniciais 378
2.2. Sujeitos do crime 379
2.3. Conduta..... 379
2.4. Voluntariedade 380
2.5. Consumação e tentativa 381
2.6. Majorantes de pena e Qualificadoras 382
2.6.1. Majorantes de pena 382
2.6.2. Qualificadoras..... 382
2.7. Ação penal 386
2.8. Princípio da especialidade 386
3. Extorsão mediante sequestro..... 386
3.1. Considerações iniciais 386
3.2. Sujeitos do crime 387
3.3. Conduta..... 387
3.4. Voluntariedade 388
3.5. Consumação e tentativa 388
3.6. Qualificadoras e minorante de pena 388
3.6.1. Qualificadoras..... 388
3.6.2. Delação premiada: causa especial de redução de pena ... 390
3.7. Ação penal 390
3.8. Princípio da especialidade 390
4. Extorsão indireta..... 391
4.1. Considerações iniciais 391
4.2. Sujeitos do crime 391
4.3. Conduta..... 391
4.4. Voluntariedade 392
4.5. Consumação e tentativa 392
4.6. Ação penal 393
4.7. Princípio da especialidade 393

CAPÍTULO III – DA USURPAÇÃO 393

1. Alteração de limites 393
1.1. Considerações iniciais 394
1.2. Sujeitos do crime 394
1.3. Conduta..... 395
1.4. Voluntariedade 395
1.5. Consumação e tentativa 396
2. Usurpação de águas..... 396
2.1. Sujeitos do crime 396
2.2. Conduta..... 396
2.3. Voluntariedade 397
2.4. Consumação e tentativa 397
3. Esbulho possessório 397
3.1. Sujeitos do crime 397
3.2. Conduta..... 398
3.3. Voluntariedade 399
3.4. Consumação e tentativa 401
4. Concurso material..... 401
5. Ação penal 401
6. Princípio da especialidade 401
7. Supressão ou alteração de marca em animais..... 402
7.1. Considerações iniciais 402
7.2. Sujeitos do crime 402
7.3. Conduta..... 402
7.4. Voluntariedade 403
7.5. Consumação e tentativa 403
7.6. Ação penal 403
7.7. Princípio da especialidade 403

CAPÍTULO IV – DO DANO 404

1. Dano..... 404
1.1. Considerações iniciais 404
1.2. Sujeitos do crime 404
1.3. Conduta..... 405

STJ00113731

1.4. Voluntariedade 406
1.5. Consumação e tentativa 407
1.6. Qualificadoras (parágrafo único) 408
1.6.1. Se o crime é praticado com violência à pessoa ou grave ameaça (inciso I)..... 408
1.6.2. Se o crime é praticado com emprego de substância inflamável ou explosiva, se o fato não constitui crime mais grave (inciso II) 408
1.6.3. Se o crime é praticado contra o patrimônio da União, de Estado, do Distrito Federal, de Município ou de autarquia, fundação pública, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviços públicos (inciso III) 408
1.6.4. Se o crime é praticado por motivo egoístico ou com prejuízo considerável para a vítima (inciso IV) 411
1.7. Ação penal 411
1.8. Princípio da especialidade 411
2. Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia..... 412
2.1. Considerações iniciais 412
2.2. Sujeitos do crime 412
2.3. Conduta..... 412
2.4. Voluntariedade 413
2.5. Consumação e tentativa 413
2.6. Ação penal 414
3. Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico..... 414
3.1. Considerações gerais 414
4. Alteração de local especialmente protegido 414
4.1. Considerações gerais 414
5. Ação penal 415
5.1. Considerações gerais 415

CAPÍTULO V – DA APROPRIAÇÃO INDÉBITA..... 415

1. Apropriação indébita 415
1.1. Considerações iniciais 415
1.2. Sujeitos do crime 416
1.3. Conduta..... 416
1.4. Voluntariedade 418
1.5. Consumação e tentativa 418
1.6. Majorantes de pena..... 420
1.6.1. Se o agente recebeu a coisa em depósito necessário 420
1.6.2. Em razão da qualidade pessoal do agente 420
1.6.3. Em razão de cargo, ofício, emprego ou profissão 420
1.7. Ação penal 420
1.8. Princípio da especialidade 420
2. Apropriação indébita previdenciária 421
2.1. Considerações iniciais 422
2.2. Sujeitos do crime 423
2.3. Conduta..... 423
2.4. Voluntariedade 425
2.5. Consumação e tentativa 426
2.6. Formas assemelhadas..... 426
2.7. Extinção da punibilidade..... 427
2.8. Perdão judicial e privilégio..... 429
2.9. Ação penal 432
3. Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza..... 432
3.1. Considerações iniciais 432
3.2. Sujeitos do crime 432
3.3. Conduta..... 433
3.4. Voluntariedade 434
3.5. Consumação e tentativa 434
4. Apropriação de tesouro 435
4.1. Considerações iniciais 435
4.2. Sujeitos do crime 435
4.3. Conduta..... 435
4.4. Voluntariedade 436
4.5. Consumação e tentativa 436
5. Apropriação de coisa achada..... 436
5.1. Considerações iniciais 436
5.2. Sujeitos do crime 436
5.3. Conduta..... 437
5.4. Voluntariedade 437
5.5. Consumação e tentativa 437
6. Ação penal 438
7. Princípio da especialidade 438
8. Apropriação indébita privilegiada 438
8.1. Considerações gerais 438

STJ00113731

CAPÍTULO VI – DO ESTELIONATO E OUTRAS FRAUDES 438

1. Estelionato 438
   1.1. Considerações iniciais 439
   1.2. Sujeitos do crime 439
   1.3. Conduta..... 441
   1.4. Voluntariedade 445
   1.5. Consumação e tentativa 445
2. Disposição de coisa alheia como própria ... 449
   2.1. Considerações gerais 449
3. Alienação ou oneração fraudulenta de coisa própria 451
   3.1. Considerações gerais 451
4. Defraudação de penhor..... 451
   4.1. Considerações gerais 451
5. Fraude na entrega de coisa..... 452
   5.1. Considerações gerais 452
6. Fraude para recebimento de indenização ou valor de seguro 453
   6.1. Considerações gerais 453
7. Fraude no pagamento por meio de cheque 453
   7.1. Considerações gerais 453
8. forma privilegiada, qualificadora e majorantes de pena 456
   8.1. Forma Privilegiada 456
   8.2. Qualificadora..... 458
   8.3. Majorantes de pena..... 459
      8.3.1. Estelionato Previdenciário... 461
9. Ação penal 463
10. Princípio da especialidade 468
11. Duplicata simulada 468
   11.1. Considerações iniciais 468
   11.2. Sujeitos do crime 469
   11.3. Conduta..... 469
   11.4. Voluntariedade 470
   11.5. Consumação e tentativa 471
   11.6. Forma equiparada..... 471
   11.7. Ação penal 472
12. Abuso de incapazes 472
   12.1. Considerações iniciais 472
   12.2. Sujeitos do crime 472
   12.3. Conduta..... 474
   12.4. Voluntariedade 475
   12.5. Consumação e tentativa 475
   12.6. Ação penal 476
   12.7. Princípio da especialidade 476
13. Induzimento à especulação 476
   13.1. Considerações iniciais 476
   13.2. Sujeitos do crime 477
   13.3. Conduta..... 477
   13.4. Voluntariedade 478
   13.5. Consumação e tentativa 479
   13.6. Ação penal 479
14. Fraude no comércio 479
   14.1. Considerações iniciais 479
   14.2. Sujeitos do crime 481
   14.3. Conduta..... 481
      14.3.1. Vendendo, como verdadeira ou perfeita, mercadoria falsificada ou deteriorada.... 481
      14.3.2. Entregando uma mercadoria por outra 482
   14.4. Voluntariedade 482
   14.5. Consumação e tentativa 482
   14.6. Qualificadora e forma privilegiada 483
      14.6.1. Qualificadora 483
      14.6.2. Forma privilegiada..... 483
   14.7. Ação penal 483
15. Outras fraudes 483
   15.1. Considerações iniciais 483
   15.2. Sujeitos do crime 484
   15.3. Conduta..... 484
      15.3.1. Tomar refeição em restaurante 485
      15.3.2. Alojar-se em hotel 485
      15.3.3. Utilizar-se de meio de transporte..... 485
   15.4. Voluntariedade 486
   15.5. Consumação e tentativa 487
   15.6. Ação penal 487
16. Fraudes e abusos na fundação ou administração de sociedade por ações..... 487
   16.1. Considerações iniciais 488
   16.2. Sujeitos do crime 489
   16.3. Conduta..... 489
   16.4. Voluntariedade 489
   16.5. Consumação e tentativa 490
   16.6. Figuras equiparadas..... 490
   16.7. Conduta fraudulenta de acionista .. 495
   16.8. Ação penal 496
17. Emissão irregular de conhecimento de depósito ou *warrant*..... 496

STJ00113731

17.1. Considerações iniciais 496
17.2. Sujeitos do crime 496
17.3. Conduta..... 497
17.4. Voluntariedade 497
17.5. Consumação e tentativa 497
17.6. Ação penal 498
18. Fraude à execução 498
18.1. Considerações iniciais 498
18.2. Sujeitos do crime 498
18.3. Conduta..... 498
18.4. Voluntariedade 500
18.5. Consumação e tentativa 500
18.6. Ação penal 501

CAPÍTULO VII – DA RECEPTAÇÃO 501

1. Receptação 501
1.1. Considerações iniciais 501
1.2. Sujeitos do crime 502
1.3. Conduta..... 503
1.4. Voluntariedade 506
1.5. Consumação e tentativa 507
1.6. Qualificadora, majorante e minorante de pena..... 507
1.6.1. Qualificadora 507
1.6.2. Perdão judicial e minorante .. 511
1.6.3. Majorante..... 512
1.7. Receptação culposa 512
1.8. Independência típica 513
1.9. Ação penal 513
1.10. Princípio da especialidade 513
2. Receptação de Animal 514
2.1. Considerações iniciais 514
2.2. Sujeitos do crime 515
2.3. Conduta..... 516
2.4. Voluntariedade 516
2.5. Consumação e tentativa 517
2.6. Ação penal 517

CAPÍTULO VIII – DISPOSIÇÕES GERAIS 517

1. Escusa absolutória 517
1.1. Considerações gerais 517
1.1.1. Do cônjuge, na constância da sociedade conjugal 518
1.1.2. De ascendente ou descendente, seja o parentesco legítimo ou ilegítimo, seja civil ou natural 518
2. Escusa relativa..... 518
2.1. Considerações gerais 519
2.2.1. Do cônjuge desquitado ou judicialmente separado 519
2.2.2. De irmão, legítimo ou ilegítimo 519
2.2.3. De tio ou sobrinho, com quem o agente coabita..... 519
3. Inaplicabilidade das escusas 519
3.1. Considerações gerais 520

TÍTULO III
DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL 523

CAPÍTULO I – DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL 523

1. Violação de direito autoral 523
1.1. Considerações iniciais 523
1.2. Sujeitos do crime 524
1.3. Conduta..... 524
1.4. Voluntariedade 525
1.5. Consumação e tentativa 526
1.6. Qualificadoras 526
1.7. Exclusão da tipicidade..... 529
1.8. Ação penal 530
1.9. Princípio da especialidade 530
2. Usurpação de nome ou pseudônimo alheio 530
3. Ação penal 530
3.1. Considerações gerais 531

CAPÍTULO II – DOS CRIMES CONTRA O PRIVILÉGIO DE INVENÇÃO 531

1. Violação de privilégio de invenção 531
2. Falsa atribuição de privilégio 532
3. Usurpação ou indevida exploração de modelo ou desenho privilegiado 532
4. Falsa declaração de depósito em modelo ou desenho 532

CAPÍTULO III – DOS CRIMES CONTRA AS MARCAS DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO..... 533

1. Violação do direito de marca..... 533
2. Uso indevido de armas, brasões e distintivos públicos 533
3. Marca com falsa indicação de procedência..... 533

STJ00113731

CAPÍTULO IV – DOS CRIMES DE CONCORRÊNCIA DESLEAL 534

1. Concorrência desleal 534

TÍTULO IV
DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO 535

CAPÍTULO I – DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO 535

1. Introdução 535
2. Atentado contra a liberdade de trabalho ... 536
   2.1. Considerações iniciais 536
   2.2. Sujeitos do crime 536
   2.3. Conduta..... 537
   2.4. Voluntariedade 538
   2.5. Consumação e tentativa 538
   2.6. Ação penal 538
3. Atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta..... 538
   3.1. Considerações iniciais 538
   3.2. Sujeitos do crime 539
   3.3. Conduta..... 539
   3.4. Voluntariedade 540
   3.5. Consumação e tentativa 540
   3.6. Ação penal 540
4. Atentado contra a liberdade de associação 540
   4.1. Considerações iniciais 540
   4.2. Sujeitos do crime 541
   4.3. Conduta..... 541
   4.4. Voluntariedade 541
   4.5. Consumação e tentativa 541
   4.6. Ação penal 541
5. Paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem 542
   5.1. Considerações iniciais 542
   5.2. Sujeitos do crime 542
   5.3. Conduta..... 543
   5.4. Voluntariedade 544
   5.5. Consumação e tentativa 544
   5.6. Ação penal 544
6. Paralisação de trabalho de interesse coletivo 544
   6.1. Considerações iniciais 544
   6.2. Sujeitos do crime 545
   6.3. Conduta..... 545
   6.4. Voluntariedade 546
   6.5. Consumação e tentativa 546
   6.6. Ação penal 546
7. Invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola. Sabotagem..... 546
   7.1. Considerações iniciais 546
   7.2. Sujeitos do crime 546
   7.3. Conduta..... 547
   7.4. Voluntariedade 547
   7.5. Consumação e tentativa 547
   7.6. Ação penal 547
8. Frustração de direito assegurado por lei trabalhista 548
   8.1. Considerações iniciais 548
   8.2. Sujeitos do crime 548
   8.3. Conduta..... 549
   8.4. Voluntariedade 549
   8.5. Consumação e tentativa 549
   8.6. Majorante de pena 550
   8.7. Ação penal 550
9. Frustração de lei sobre a nacionalização do trabalho 550
   9.1. Considerações iniciais 550
   9.2. Sujeitos do crime 551
   9.3. Conduta..... 551
   9.4. Voluntariedade 552
   9.5. Consumação e tentativa 552
   9.6. Ação penal 552
10. Exercício de atividade com infração de decisão administrativa 552
   10.1. Considerações iniciais 552
   10.2. Sujeitos do crime 552
   10.3. Conduta..... 552
   10.4. Voluntariedade 553
   10.5. Consumação e tentativa 553
   10.6. Ação penal 554
11. Aliciamento para o fim de emigração..... 554
   11.1. Considerações iniciais 554
   11.2. Sujeitos do crime 554
   11.3. Conduta..... 554
   11.4. Voluntariedade 555
   11.5. Consumação e tentativa 555
   11.6. Ação penal 555
12. Aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional 556
   12.1. Considerações iniciais 556
   12.2. Sujeitos do crime 556

STJ00113731

12.3. Conduta 556
12.4. Voluntariedade 557
12.5. Consumação e tentativa 557
12.6. Majorante de pena 557
12.7. Ação penal 557

TÍTULO V
DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS 559

CAPÍTULO I – DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO 559

1. Introdução 559
2. Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo 559
   2.1. Considerações iniciais 559
   2.2. Sujeitos do crime 560
   2.3. Conduta 560
   2.4. Voluntariedade 562
   2.5. Consumação e tentativa 563
   2.6. Majorante de pena 563
   2.7. Ação penal 563
   2.8. Princípio da especialidade 563

CAPÍTULO II – DOS CRIMES CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS 564

1. Impedimento ou perturbação de cerimônia funerária 564
   1.1. Considerações iniciais 564
   1.2. Sujeitos do crime 564
   1.3. Conduta 565
   1.4. Voluntariedade 565
   1.5. Consumação e tentativa 565
   1.6. Majorante de pena 566
   1.7. Ação penal 566
2. Violação de sepultura 566
   2.1. Considerações iniciais 566
   2.2. Sujeitos do crime 566
   2.3. Conduta 566
   2.4. Voluntariedade 567
   2.5. Consumação e tentativa 568
   2.6. Concurso de crimes 568
   2.7. Ação penal 568
   2.8. Princípio da especialidade 568
3. Destruição, subtração ou ocultação de cadáver 569
   3.1. Considerações iniciais 569
   3.2. Sujeitos do crime 569
   3.3. Conduta 569
   3.4. Voluntariedade 570
   3.5. Consumação e tentativa 570
   3.6. Ação penal 570
4. Vilipêndio a cadáver 571
   4.1. Considerações iniciais 571
   4.2. Sujeitos do crime 571
   4.3. Conduta 571
   4.4. Voluntariedade 572
   4.5. Consumação e tentativa 572
   4.6. Ação penal 572

TÍTULO VI
DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL 573

1. Considerações gerais 573

CAPÍTULO I – DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL 574

1. Estupro 574
   1.1. Considerações iniciais 574
   1.2. Sujeitos do crime 576
   1.3. Conduta 576
   1.4. Voluntariedade 580
   1.5. Consumação e tentativa 580
   1.6. Qualificadoras 583
   1.7. Ação penal 583
   1.8. Princípio da especialidade 583
2. Atentado violento ao pudor 584
3. Violação sexual mediante fraude 584
   3.1. Considerações iniciais 584
   3.2. Sujeitos do crime 585
   3.3. Conduta 585
   3.4. Voluntariedade 586
   3.5. Consumação e tentativa 586
   3.6. Ação penal 587
4. Importunação sexual 587
   4.1. Considerações iniciais 587
   4.2. Sujeitos do crime 587
   4.3. Conduta 587
   4.4. Voluntariedade 591
   4.5. Consumação e tentativa 591
   4.6. Ação penal 591
5. Atentado ao pudor mediante fraude 591
6. Assédio sexual 591
   6.1. Considerações iniciais 592

STJ00113731

6.2. Sujeitos do crime 592
6.3. Conduta..... 593
6.4. Voluntariedade 594
6.5. Consumação e tentativa 594
6.6. Majorante de pena 595
6.7. Ação penal 595

CAPÍTULO I-A – DA EXPOSIÇÃO DA INTIMIDADE SEXUAL..... 596

1. Registro não autorizado da intimidade sexual 596
1.1. Considerações iniciais 596
1.2. Sujeitos do crime 596
1.3. Conduta..... 597
1.4. Voluntariedade 598
1.5. Consumação e tentativa 598
1.6. Ação penal 598
1.7. Princípio da especialidade 598

CAPÍTULO II – DOS CRIMES SEXUAIS CONTRA VULNERÁVEL 599

1. Sedução 599
2. Estupro de vulnerável 599
2.1. Considerações iniciais 599
2.2. Sujeitos do crime 602
2.3. Conduta..... 603
2.4. Voluntariedade 611
2.5. Consumação e tentativa 611
2.6. Qualificadoras 611
2.7. Ação penal 611
3. Mediação de menor vulnerável para satisfazer a lascívia de outrem 611
3.1. Considerações iniciais 612
3.2. Sujeitos do crime 612
3.3. Conduta..... 612
3.4. Voluntariedade 613
3.5. Consumação e tentativa 613
3.6. Ação penal 614
3.7. Princípio da especialidade 614
4. Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente 614
4.1. Considerações iniciais 614
4.2. Sujeitos do crime 614
4.3. Conduta..... 615
4.4. Voluntariedade 616
4.5. Consumação e tentativa 616
4.6. Ação penal 617
5. Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável..... 617
5.1. Considerações iniciais 617
5.2. Sujeitos do crime 618
5.3. Conduta..... 619
5.4. Voluntariedade 623
5.5. Consumação e tentativa 624
5.6. Ação penal 624
6. Divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia 625
6.1. Considerações iniciais 625
6.2. Sujeitos do crime 626
6.3. Conduta..... 626
6.4. Voluntariedade 630
6.5. Consumação e tentativa 630
6.6. Majorante 630
6.7. Ação penal 631

CAPÍTULO III – DO RAPTO 631

1. Rapto violento ou mediante fraude..... 631

CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES GERAIS 632

1. Formas qualificadas 632
2. Presunção de violência 632
3. Ação penal 632
3.1. Considerações gerais 632
4. Aumento de pena 637
4.1. Considerações gerais 637

CAPÍTULO V – DO LENOCÍNIO E DO TRÁFICO DE PESSOA PARA FIM DE PROSTITUIÇÃO OU OUTRA FORMA DE EXPLORAÇÃO SEXUAL 640

1. Mediação para servir a lascívia de outrem 640
1.1. Considerações iniciais 641
1.2. Sujeitos do crime 641
1.3. Conduta..... 641
1.4. Voluntariedade 642
1.5. Consumação e tentativa 642
1.6. Qualificadoras 642
1.7. Pena de multa 643
1.8. Ação penal 643
1.9. Princípio da especialidade 643
2. Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual 643

STJ00113731

2.1. Considerações iniciais 644
2.2. Sujeitos do crime 645
2.3. Conduta..... 645
2.4. Voluntariedade 646
2.5. Consumação e tentativa 646
2.6. Ação penal 646
3. Estabelecimento para exploração sexual.... 646
3.1. Considerações iniciais 646
3.2. Sujeitos do crime 648
3.3. Conduta..... 648
3.4. Voluntariedade 649
3.5. Consumação e tentativa 649
3.6. Ação penal 650
4. Rufianismo 650
4.1. Considerações iniciais 651
4.2. Sujeitos do crime 651
4.3. Conduta..... 652
4.4. Voluntariedade 652
4.5. Consumação e tentativa 652
4.6. Ação penal 653
5. Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual..... 653
6. Tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual 653
7. Disposições Finais 654
8. Promoção de migração ilegal..... 654
8.1. Considerações iniciais 654
8.2. Sujeitos..... 655
8.3. Conduta..... 656
8.4. Voluntariedade 658
8.5. Consumação e tentativa 658
8.6. Majorantes de pena..... 658
8.7. Ação penal 659

CAPÍTULO VI – DO ULTRAJE PÚBLICO AO PUDOR 659

1. Introdução 659
2. Ato obsceno 659
2.1. Considerações iniciais 659
2.2. Sujeitos do crime 659
2.3. Conduta..... 660
2.4. Voluntariedade 661
2.5. Consumação e tentativa 661
2.6. Ação penal 661
3. Escrito ou objeto obsceno 661
3.1. Considerações iniciais 662
3.2. Sujeitos do crime 662
3.3. Conduta..... 662
3.4. Voluntariedade 663
3.5. Consumação e tentativa 663
3.6. Figuras equiparadas..... 663
3.7. Princípio da especialidade 664
3.8. Ação penal 666

CAPÍTULO VII – DISPOSIÇÕES GERAIS 666

1. Aumento de pena 666
1.1. Considerações gerais 666
2. Segredo de justiça..... 670
2.1. Considerações gerais 670
3. Exploração sexual x Violência sexual 670
3.1. Razões do veto 670

TÍTULO VII
DOS CRIMES CONTRA A FAMÍLIA 671

CAPÍTULO I – DOS CRIMES CONTRA O CASAMENTO 671

1. Bigamia 671
1.1. Considerações iniciais 671
1.2. Sujeitos do crime 671
1.3. Conduta..... 672
1.4. Voluntariedade 676
1.5. Consumação e tentativa 676
1.6. Ação penal 676
2. Induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento 677
2.1. Considerações iniciais 677
2.2. Sujeitos do crime 677
2.3. Conduta..... 677
2.4. Voluntariedade 678
2.5. Consumação e tentativa 678
2.6. Ação penal 679
3. Conhecimento prévio de impedimento... 679
3.1. Considerações iniciais 679
3.2. Sujeitos do crime 679
3.3. Conduta..... 679
3.4. Voluntariedade 679
3.5. Consumação e tentativa 680
3.6. Ação penal 680
4. Simulação de autoridade para celebração de casamento..... 680
4.1. Considerações iniciais 680
4.2. Sujeitos do crime 681

STJ00113731

4.3. Conduta 681
4.4. Voluntariedade 682
4.5. Consumação e tentativa 682
4.6. Ação penal 682
5. Simulação de casamento 682
5.1. Considerações iniciais 682
5.2. Sujeitos do crime 682
5.3. Conduta 683
5.4. Voluntariedade 683
5.5. Consumação e tentativa 683
5.6. Ação penal 683
6. Adultério 683

CAPÍTULO II – DOS CRIMES CONTRA O ESTADO DE FILIAÇÃO 684

1. Registro de nascimento inexistente 684
1.1. Considerações iniciais 684
1.2. Sujeitos do crime 684
1.3. Conduta 685
1.4. Voluntariedade 685
1.5. Consumação e tentativa 685
1.6. Ação penal 685
2. Parto suposto. Supressão ou alteração de direito inerente ao estado civil de recém-nascido 685
2.1. Considerações iniciais 686
2.2. Sujeitos do crime 686
2.3. Conduta 686
2.4. Voluntariedade 687
2.5. Consumação e tentativa 687
2.6. Figura privilegiada, perdão judicial e prescrição 688
2.7. Ação penal 688
3. Sonegação de estado de filiação 688
3.1. Considerações iniciais 688
3.2. Sujeitos do crime 689
3.3. Conduta 689
3.4. Voluntariedade 690
3.5. Consumação e tentativa 690
3.6. Ação penal 690

CAPÍTULO III – DOS CRIMES CONTRA A ASSISTÊNCIA FAMILIAR 690

1. Introdução 690
2. Abandono material 690
2.1. Considerações iniciais 691
2.2. Sujeitos do crime 691
2.3. Conduta 691
2.4. Voluntariedade 694
2.5. Consumação e tentativa 695
2.6. Ação penal 695
2.7. Princípio da especialidade 695
3. Entrega de filho menor a pessoa inidônea 695
3.1. Considerações iniciais 696
3.2. Sujeitos do crime 696
3.3. Conduta 696
3.4. Voluntariedade 696
3.5. Consumação e tentativa 697
3.6. Qualificadoras 698
3.7. Ação penal 698
4. Abandono intelectual 698
4.1. Considerações iniciais 699
4.2. Sujeitos do crime 699
4.3. Conduta 700
4.4. Voluntariedade 702
4.5. Consumação e tentativa 702
4.6. Ação penal 703
5. Abandono moral 703
5.1. Considerações iniciais 703
5.2. Sujeitos do crime 703
5.3. Conduta 703
5.4. Voluntariedade 705
5.5. Consumação e tentativa 706
5.6. Ação penal 706

CAPÍTULO IV – DOS CRIMES CONTRA O PÁTRIO PODER, TUTELA E CURATELA 706

1. Introdução 706
2. Induzimento a fuga, entrega arbitrária ou sonegação de incapazes 707
2.1. Considerações iniciais 707
2.2. Sujeitos do crime 707
2.3. Conduta 708
2.4. Voluntariedade 709
2.5. Consumação e tentativa 709
2.6. Ação penal 709
3. Subtração de incapazes 710
3.1. Considerações iniciais 710
3.2. Sujeitos do crime 710
3.3. Conduta 710
3.4. Voluntariedade 711
3.5. Consumação e tentativa 711

STJ00113731

3.6. Ação penal e perdão judicial 711
3.7. Princípio da especialidade 712

TÍTULO VIII
DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA 713

CAPÍTULO I – DOS CRIMES DE PERIGO COMUM 713

1. Incêndio 713
   1.1. Considerações iniciais 713
   1.2. Sujeitos do crime 714
   1.3. Conduta 714
   1.4. Voluntariedade 715
   1.5. Consumação e tentativa 716
   1.6. Majorantes de pena e formas culposa e majorada pelo resultado ... 716
      1.6.1. Majorantes de pena 716
      1.6.2. Forma culposa 718
      1.6.3. Forma majorada pelo resultado 718
   1.7. Ação penal 719
   1.8. Princípio da especialidade 719
2. Explosão 719
   2.1. Considerações iniciais 719
   2.2. Sujeitos do crime 720
   2.3. Conduta 720
   2.4. Voluntariedade 721
   2.5. Consumação e tentativa 721
   2.6. Majorantes de pena e formas privilegiada e culposa 722
      2.6.1. Forma privilegiada 722
      2.6.2. Majorantes de pena 722
      2.6.3. Forma culposa 722
   2.7. Ação penal 722
   2.8. Princípio da especialidade 722
3. Uso de gás tóxico ou asfixiante 723
   3.1. Considerações iniciais 723
   3.2. Sujeitos do crime 724
   3.3. Conduta 724
   3.4. Voluntariedade 725
   3.5. Consumação e tentativa 725
   3.6. Majorantes de pena e forma culposa 725
   3.7. Ação penal 726
   3.8. Princípio da especialidade 726
4. Fabrico, fornecimento, aquisição, posse ou transporte de explosivos ou gás tóxico, ou asfixiante 726
   4.1. Considerações iniciais 726
   4.2. Sujeitos do crime 727
   4.3. Conduta 727
   4.4. Voluntariedade 728
   4.5. Consumação e tentativa 728
   4.6. Majorantes de pena 728
   4.7. Ação penal 729
   4.8. Princípio da especialidade 729
5. Inundação 729
   5.1. Considerações iniciais 729
   5.2. Sujeitos do crime 729
   5.3. Conduta 729
   5.4. Voluntariedade 730
   5.5. Consumação e tentativa 730
   5.6. Majorantes de pena e forma culposa 730
   5.7. Ação Penal 731
   5.8. Princípio da especialidade 731
6. Perigo de inundação 731
   6.1. Considerações iniciais 731
   6.2. Sujeitos do crime 731
   6.3. Conduta 731
   6.4. Voluntariedade 732
   6.5. Consumação e tentativa 732
   6.6. Majorantes de pena 733
   6.7. Ação penal 733
   6.8. Princípio da especialidade 733
7. Desabamento ou desmoronamento 733
   7.1. Considerações iniciais 733
   7.2. Sujeitos do crime 734
   7.3. Conduta 734
   7.4. Voluntariedade 734
   7.5. Consumação e tentativa 734
   7.6. Majorantes de pena e forma culposa 735
   7.7. Ação penal 735
   7.8. Princípio da especialidade 735
8. Subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento 735
   8.1. Considerações iniciais 735
   8.2. Sujeitos do crime 735
   8.3. Conduta 736
   8.4. Voluntariedade 736
   8.5. Consumação e tentativa 736
   8.6. Majorantes de pena 736
   8.7. Ação Penal 737
   8.8. Princípio da especialidade 737

STJ00113731

9. Formas qualificadas de crime de perigo comum 737
9.1. Considerações gerais 737
10. Difusão de doença ou praga 737
10.1. Considerações gerais 738

CAPÍTULO II – DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE E OUTROS SERVIÇOS PÚBLICOS 738

1. Perigo de desastre ferroviário 738
1.1. Considerações iniciais 739
1.2. Sujeitos do crime 739
1.3. Conduta..... 739
1.4. Voluntariedade 740
1.5. Consumação e tentativa 741
1.6. Qualificadora, Majorantes de pena e forma culposa 741
1.6.1. Qualificadora 741
1.6.2. Forma culposa 741
1.6.3. Majorantes de pena 741
1.7. Ação penal 742
1.8. Princípio da especialidade 742
2. Atentado contra a segurança de transporte marítimo, fluvial ou aéreo..... 743
2.1. Considerações iniciais 743
2.2. Sujeitos do crime 743
2.3. Conduta..... 743
2.4. Voluntariedade 745
2.5. Consumação e tentativa 745
2.6. Qualificadora, majorantes de pena e forma culposa 745
2.7. Ação penal 746
2.8. Princípio da especialidade 746
3. Atentado contra a segurança de outro meio de transporte 746
3.1. Considerações iniciais 746
3.2. Sujeitos do crime 747
3.3. Conduta..... 747
3.4. Voluntariedade 748
3.5. Consumação e tentativa 748
3.6. Qualificadora, majorantes de pena e forma culposa 748
3.7. Ação penal 748
3.8. Princípio da especialidade 748
4. Forma qualificada 749
4.1. Considerações Gerais..... 749
5. Arremesso de projétil 749
5.1. Considerações iniciais 749
5.2. Sujeitos do crime 750
5.3. Conduta..... 750
5.4. Voluntariedade 750
5.5. Consumação e tentativa 751
5.6. Qualificadoras 751
5.7. Ação penal 751
5.8. Princípio da especialidade 751
6. Atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública 751
6.1. Considerações iniciais 752
6.2. Sujeitos do crime 752
6.3. Conduta..... 752
6.4. Voluntariedade 753
6.5. Consumação e tentativa 753
6.6. Majorante de pena 753
6.7. Ação penal 754
6.8. Princípio da especialidade 754
7. Interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública 754
7.1. Considerações iniciais 754
7.2. Sujeitos do crime 755
7.3. Conduta..... 755
7.4. Voluntariedade 755
7.5. Consumação e tentativa 756
7.6. Majorante de pena 756
7.7. Ação penal 756
7.8. Princípio da especialidade 756

CAPÍTULO III – DOS CRIMES CONTRA A SAÚDE PÚBLICA..... 757

1. Introdução 757
2. Epidemia 757
2.1. Considerações iniciais 758
2.2. Sujeitos do crime 758
2.3. Conduta..... 758
2.4. Voluntariedade 759
2.5. Consumação e tentativa 759
2.6. Majorante de pena e forma culposa .. 759
2.6.1. Majorante de pena..... 759
2.6.2. Forma culposa 760
2.7. Ação penal 760
2.8. Princípio da especialidade 760
3. Infração de medida sanitária preventiva 760

STJ00113731

3.1. Considerações iniciais 760
3.2. Sujeitos do crime 761
3.3. Conduta..... 761
3.4. Voluntariedade 764
3.5. Consumação e tentativa 764
3.6. Majorantes de pena..... 764
3.7. Ação penal 764
4. Omissão de notificação de doença..... 764
4.1. Considerações iniciais 765
4.2. Sujeitos do crime 765
4.3. Conduta..... 765
4.4. Voluntariedade 766
4.5. Consumação e tentativa 767
4.6. Majorantes de pena..... 767
4.7. Ação penal 767
4.8. Princípio da especialidade 767
5. Envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal..... 767
5.1. Considerações iniciais 767
5.2. Sujeitos do crime 769
5.3. Conduta..... 769
5.4. Voluntariedade 769
5.5. Consumação e tentativa 769
5.6. Majorantes de pena e formas culposa e equiparada..... 770
5.6.1. Forma equiparada 770
5.6.2. Forma culposa 770
5.6.3. Majorantes de pena 770
5.7. Ação penal 770
6. Corrupção ou poluição de água potável.. 771
6.1. Considerações gerais 771
7. Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância ou produtos alimentícios 771
7.1. Considerações iniciais 772
7.2. Sujeitos do crime 772
7.3. Conduta..... 772
7.4. Voluntariedade 773
7.5. Consumação e tentativa 773
7.6. Majorantes de pena e formas equiparada e culposa..... 773
7.6.1. Forma equiparada 773
7.6.2. Forma culposa 774
7.6.3. Majorantes de pena 774
7.7. Ação penal 774
8. Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais..... 774
8.1. Considerações iniciais 775
8.2. Sujeitos do crime 775
8.3. Conduta..... 775
8.4. Voluntariedade 777
8.5. Consumação e tentativa 777
8.6. Majorantes de pena e forma equiparada e culposa..... 777
8.6.1. Forma equiparada 777
8.6.2. Forma culposa 780
8.6.3. Majorantes de pena 780
8.7. Ação penal 780
9. Emprego de processo proibido ou de substância não permitida 780
9.1. Considerações iniciais 780
9.2. Sujeitos do crime 780
9.3. Conduta..... 781
9.4. Voluntariedade 781
9.5. Consumação e tentativa 781
9.6. Majorantes de pena..... 782
9.7. Ação penal 782
10. Invólucro ou recipiente com falsa indicação 782
10.1. Considerações iniciais 782
10.2. Sujeitos do crime 782
10.3. Conduta..... 782
10.4. Voluntariedade 783
10.5. Consumação e tentativa 783
10.6. Majorantes de pena..... 783
10.7. Ação penal 783
11. Produto ou substância nas condições dos dois artigos anteriores 783
11.1. Considerações iniciais 784
11.2. Sujeitos do crime 784
11.3. Conduta..... 784
11.4. Voluntariedade 784
11.5. Consumação e tentativa 785
11.6. Majorantes de pena..... 785
11.7. Ação penal 785
12. Substância destinada à falsificação..... 785
12.1. Considerações iniciais 785
12.2. Sujeitos do crime 785
12.3. Conduta..... 785
12.4. Voluntariedade 786
12.5. Consumação e tentativa 786
12.6. Majorantes de pena..... 787
12.7. Ação penal 787

STJ00113731

13. Outras substâncias nocivas à saúde pública 787
13.1. Considerações iniciais 787
13.2. Sujeitos do crime 787
13.3. Conduta 787
13.4. Voluntariedade 788
13.5. Consumação e tentativa 788
13.6. Majorantes de pena e forma culposa 789
13.7. Ação penal 789
13.8. Princípio da especialidade 789
14. Substância avariada 789
15. Medicamento em desacordo com receita médica 789
15.1. Considerações iniciais 789
15.2. Sujeitos do crime 790
15.3. Conduta 790
15.4. Voluntariedade 791
15.5. Consumação e tentativa 791
15.6. Majorantes e forma culposa 792
15.7. Ação penal 792
16. Comércio clandestino ou facilitação do uso de entorpecentes 792
17. Exercício ilegal da medicina, arte dentária ou farmacêutica 792
17.1. Considerações iniciais 792
17.2. Sujeitos do crime 793
17.3. Conduta 793
17.4. Voluntariedade 796
17.5. Consumação e tentativa 796
17.6. Majorantes de pena 797
17.7. Ação penal 797
18. Charlatanismo 797
18.1. Considerações iniciais 797
18.2. Sujeitos do crime 797
18.3. Conduta 798
18.4. Voluntariedade 798
18.5. Consumação e tentativa 799
18.6. Majorantes de pena 799
18.7. Ação penal 799
19. Curandeirismo 799
19.1. Considerações iniciais 799
19.2. Sujeitos do crime 800
19.3. Conduta 800
19.4. Voluntariedade 801
19.5. Consumação e tentativa 801
19.6. Majorantes de pena 802
19.7. Ação penal 802
20. Forma qualificada 802
20.1. Considerações gerais 802

TÍTULO IX
DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA 803

1. Incitação ao crime 803
1.1. Considerações iniciais 803
1.2. Sujeitos do crime 803
1.3. Conduta 803
1.4. Voluntariedade 804
1.5. Consumação e tentativa 804
1.6. Figura equiparada 804
1.6.1. Figura equiparada e eficácia da lei penal no tempo 807
1.6.2. Possível inconstitucionalidade do parágrafo único 808
1.7. Ação penal 811
1.8. Princípio da especialidade 811
2. Apologia de crime ou criminoso 811
2.1. Considerações iniciais 812
2.2. Sujeitos do crime 812
2.3. Conduta 812
2.4. Voluntariedade 813
2.5. Consumação e tentativa 813
2.6. Ação penal 814
3. Associação criminosa 814
3.1. Considerações iniciais 814
3.2. Sujeitos do crime 815
3.3. Conduta 815
3.3.1. Associação 815
3.3.2. Pluralidade de pessoas 816
3.3.3. Para o fim de praticar uma série indeterminada de crimes 816
3.4. Voluntariedade 817
3.5. Consumação e tentativa 817
3.6. Qualificadora, majorante e minorante de pena 819
3.6.1. Majorante de pena 819
3.6.2. Qualificadora 819
3.6.3. Minorante de pena 820
3.7. Ação penal 820
3.8. Princípio da especialidade 820
4. Constituição de milícia privada 821
4.1. Considerações iniciais 821
4.2. Sujeitos do crime 822

STJ00113731

4.3. Conduta 822
4.4. Voluntariedade 823
4.5. Consumação e tentativa 824
4.6. Ação penal 826
4.7. Princípio da especialidade 826

TÍTULO X
DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA 827

CAPÍTULO I – DA MOEDA FALSA 827

1. Moeda falsa 827
1.1. Considerações iniciais 827
1.2. Sujeitos do crime 828
1.3. Conduta 828
1.4. Voluntariedade 829
1.5. Consumação e tentativa 829
1.6. Forma equiparada 830
1.7. Privilégio 830
1.8. Falsificação funcional 831
1.9. Desvio e circulação antecipada 832
1.10. Ação penal 832
2. Crimes assimilados ao de moeda falsa 832
2.1. Considerações iniciais 832
2.2. Sujeitos do crime 832
2.3. Conduta 833
2.4. Voluntariedade 834
2.5. Consumação e tentativa 834
2.6. Ação penal 834
3. Petrechos para falsificação de moeda 834
3.1. Considerações iniciais 834
3.2. Sujeitos do crime 835
3.3. Conduta 835
3.4. Voluntariedade 836
3.5. Consumação e tentativa 836
3.6. Ação penal 837
4. Emissão de título ao portador sem permissão legal 837
4.1. Considerações iniciais 837
4.2. Sujeitos do crime 838
4.3. Conduta 838
4.4. Voluntariedade 839
4.5. Consumação e tentativa 839
4.6. Forma privilegiada 839
4.7. Ação penal 839
4.8. Princípio da Especialidade 839

CAPÍTULO II – DA FALSIDADE DE TÍTULOS E OUTROS PAPÉIS PÚBLICOS 840

1. Falsificação de papéis públicos 840
1.1. Considerações iniciais 840
1.2. Sujeitos do crime 841
1.3. Conduta 841
1.4. Voluntariedade 842
1.5. Consumação e tentativa 842
1.6. Forma equiparada 843
1.7. Figuras delituosas complementares 844
1.8. Ação penal 845
1.9. Princípio da especialidade 845
2. Petrechos de falsificação 845
2.1. Considerações iniciais 845
2.2. Sujeitos do crime 846
2.3. Conduta 846
2.4. Voluntariedade 846
2.5. Consumação e tentativa 846
2.6. Ação penal 846
2.7. Princípio da especialidade 847
3. Forma majorada 847
3.1. Considerações gerais 847

CAPÍTULO III – DA FALSIDADE DOCUMENTAL 847

1. Falsificação do selo ou sinal público 847
1.1. Considerações iniciais 847
1.2. Sujeitos do crime 848
1.3. Conduta 848
1.4. Voluntariedade 849
1.5. Consumação e tentativa 849
1.6. Forma equiparada 849
1.7. Majorante de pena 850
1.8. Ação penal 850
2. Falsificação de documento público 850
2.1. Considerações iniciais 851
2.2. Sujeitos do crime 851
2.3. Conduta 851
2.4. Voluntariedade 856
2.5. Consumação e tentativa 856
2.6. Majorante de pena e formas equiparadas 859
2.6.1. Majorante de pena 859
2.6.2. Formas equiparadas 859
2.7. Extinção da punibilidade 859
2.8. Ação penal 860

STJ00113731

2.9. Princípio da especialidade 860
3. Falsificação de documento particular..... 860
3.1. Considerações iniciais 860
3.2. Sujeitos do crime 861
3.3. Conduta..... 861
3.4. Voluntariedade 862
3.5. Consumação e tentativa 862
3.6. Extinção da punibilidade..... 863
3.7. Ação penal 863
3.8. Princípio da especialidade 863
4. Falsidade ideológica..... 864
4.1. Considerações iniciais 864
4.2. Sujeitos do crime 864
4.3. Conduta..... 864
4.4. Voluntariedade 867
4.5. Consumação e tentativa 868
4.6. Majorantes de pena..... 868
4.7. Extinção da punibilidade..... 869
4.8. Ação penal 870
4.9. Princípio da especialidade 870
5. Falso reconhecimento de firma ou letra... 871
5.1. Considerações iniciais 871
5.2. Sujeitos do crime 871
5.3. Conduta..... 872
5.4. Voluntariedade 872
5.5. Consumação e tentativa 873
5.6. Ação penal 873
5.7. Princípio da especialidade 873
6. Certidão ou atestado ideologicamente falso..... 873
6.1. Considerações iniciais 873
6.2. Sujeitos do crime 874
6.3. Conduta..... 874
6.4. Voluntariedade 875
6.5. Consumação e tentativa 875
6.6. Falsidade material de atestado ou certidão..... 875
6.7. Ação penal 877
6.8. Princípio da especialidade 877
7. Falsidade de atestado médico 877
7.1. Considerações iniciais 878
7.2. Sujeitos do crime 878
7.3. Conduta..... 878
7.4. Voluntariedade 879
7.5. Consumação e tentativa 879
7.6. Ação penal 879
8. Reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica 879
8.1. Considerações iniciais 880
8.2. Sujeitos do crime 880
8.3. Conduta..... 880
8.4. Voluntariedade 881
8.5. Consumação e tentativa 881
8.6. Uso do selo ou da peça filatélica 881
8.7. Ação penal 882
9. Uso de documento falso..... 882
9.1. Considerações iniciais 882
9.2. Sujeitos do crime 883
9.3. Conduta..... 883
9.4. Voluntariedade 884
9.5. Consumação e tentativa 884
9.6. Extinção da punibilidade..... 886
9.7. Ação penal 886
9.8. Princípio da especialidade 886
10. Supressão de documento 887
10.1. Considerações iniciais 887
10.2. Sujeitos do crime 887
10.3. Conduta..... 887
10.4. Voluntariedade 888
10.5. Consumação e tentativa 888
10.6. Ação penal 888
10.7. Princípio da especialidade 888

CAPÍTULO IV – DE OUTRAS FALSIDADES... 889

1. Falsificação do sinal empregado no contraste de metal precioso ou na fiscalização alfandegária, ou para outros fins 889
1.1. Considerações iniciais 889
1.2. Sujeitos do crime 890
1.3. Conduta..... 890
1.4. Voluntariedade 890
1.5. Consumação e tentativa 890
1.6. Figura privilegiada..... 891
1.7. Ação penal 891
2. Falsa identidade..... 891
2.1. Considerações iniciais 891
2.2. Sujeitos do crime 891
2.3. Conduta..... 891
2.4. Voluntariedade 893
2.5. Consumação e tentativa 893
2.6. Ação penal 893
2.7. Princípio da especialidade 893

STJ00113731

3. Uso ou cessão para uso de documento de identificação civil de terceiro 894
3.1. Considerações iniciais 894
3.2. Sujeitos do crime 894
3.3. Conduta..... 894
3.4. Voluntariedade 895
3.5. Consumação e tentativa 895
3.6. Ação penal 895
3.7. Princípio da especialidade 895
4. Fraude de lei sobre estrangeiro 895
4.1. Considerações iniciais 896
4.2. Sujeitos do crime 896
4.3. Conduta..... 896
4.4. Voluntariedade 896
4.5. Consumação e tentativa 897
4.6. Atribuição de falsa qualidade a estrangeiro 897
4.7. Ação penal 898
5. Fraude à proibição da propriedade ou da posse de certos bens por estrangeiros 898
5.1. Considerações iniciais 898
5.2. Sujeitos do crime 898
5.3. Conduta..... 899
5.4. Voluntariedade 899
5.5. Consumação e tentativa 899
5.6. Ação penal 899
6. Adulteração de sinal identificador de veículo automotor 900
6.1. Considerações iniciais 900
6.2. Sujeitos do crime 900
6.3. Conduta..... 900
6.4. Voluntariedade 903
6.5. Consumação e tentativa 903
6.6. Forma equiparada..... 904
6.7. Ação penal 904

CAPÍTULO V – DAS FRAUDES EM CERTAMES DE INTERESSE PÚBLICO 904

1. Fraudes em certames de interesse público 904
1.1. Considerações iniciais 904
1.2. Sujeitos do crime 905
1.3. Conduta..... 905
1.4. Voluntariedade 907
1.5. Consumação e tentativa 907
1.6. Ação penal 908

TÍTULO XI
DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 909

CAPÍTULO I – DOS CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL 909

1. Introdução 909
2. Crimes funcionais. Espécies 912
3. Conceito de funcionário público para efeitos penais 913
4. "Informante do bem" ou *whistleblower* 918
5. Tipos penais. Peculato 920
6. Peculato apropriação e desvio (peculato próprio) 921
6.1. Considerações iniciais 921
6.2. Sujeitos do crime 921
6.3. Conduta..... 923
6.4. Peculato apropriação 923
6.5. Peculato desvio 924
6.6. Voluntariedade 926
6.7. Consumação e tentativa 927
7. Peculato furto (peculato impróprio)..... 929
7.1. Considerações gerais 929
8. Peculato culposo..... 930
8.1. Considerações gerais 930
9. Reparação do dano e ação penal..... 931
9.1. Considerações iniciais 931
9.2. Ação penal 932
9.3. Princípio da especialidade 932
10. Peculato mediante erro de outrem 932
10.1. Considerações iniciais 932
10.2. Sujeitos do crime 933
10.3. Conduta..... 933
10.4. Voluntariedade 933
10.5. Consumação e tentativa 934
10.6. Ação penal 934
10.7. Princípio da especialidade 934
11. Inserção de dados falsos em sistema de informações 934
11.1. Peculato eletrônico. Inovações advindas com a Lei 9.983/2000 934
11.2. Considerações iniciais 934
11.3. Sujeitos do crime 935
11.4. Conduta..... 936
11.5. Voluntariedade 937
11.6. Consumação e tentativa 937

STJ00113731

11.7. Ação penal 937
11.8. Princípio da especialidade 937
12. Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações 937
12.1. Considerações iniciais 937
12.2. Sujeitos do crime 938
12.3. Conduta 938
12.4. Voluntariedade 938
12.5. Consumação e tentativa 939
12.6. Ação penal 939
13. Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento 939
13.1. Considerações iniciais 939
13.2. Sujeitos do crime 939
13.3. Conduta 940
13.4. Voluntariedade 940
13.5. Consumação e tentativa 940
13.6. Ação penal 941
13.7. Princípio da especialidade 941
14. Emprego irregular de verbas ou rendas públicas 941
14.1. Considerações iniciais 941
14.2. Sujeitos do crime 941
14.3. Conduta 941
14.4. Voluntariedade 942
14.5. Consumação e tentativa 942
14.6. Ação penal 942
14.7. Princípio da especialidade 942
15. Concussão 942
15.1. Considerações iniciais 943
15.2. Sujeitos do crime 943
15.3. Conduta 943
15.4. Voluntariedade 947
15.5. Consumação e tentativa 947
15.6. Ação penal 948
16. Excesso de exação 948
16.1. Considerações iniciais 948
16.2. Sujeitos do crime 949
16.3. Conduta 949
16.4. Voluntariedade 950
16.5. Consumação e tentativa 951
16.6. Ação penal 951
16.7. Princípio da especialidade 952
17. Corrupção passiva 952
17.1. Considerações iniciais 952
17.2. Sujeitos do crime 952
17.3. Conduta 953
17.4. Voluntariedade 958
17.5. Consumação e tentativa 958
17.6. Majorante e forma privilegiada 959
17.6.1. Majorante 959
17.6.2. Forma privilegiada 959
17.7. Ação penal 959
17.8. Princípio da especialidade 959
18. Facilitação de contrabando ou descaminho 960
18.1. Considerações iniciais 960
18.2. Sujeitos do crime 960
18.3. Conduta 961
18.4. Voluntariedade 961
18.5. Consumação e tentativa 961
18.6. Ação penal 961
19. Prevaricação 961
19.1. Considerações iniciais 961
19.2. Sujeitos do crime 962
19.3. Conduta 962
19.4. Voluntariedade 963
19.5. Consumação e tentativa 963
19.6. Ação penal 964
19.7. Princípio da especialidade 964
20. Prevaricação imprópria 965
20.1. Considerações iniciais 965
20.2. Sujeitos do crime 966
20.3. Conduta 966
20.4. Voluntariedade 967
20.5. Consumação e tentativa 968
20.6. Ação penal 968
21. Condescendência criminosa 968
21.1. Considerações iniciais 968
21.2. Sujeitos do crime 968
21.3. Conduta 969
21.4. Voluntariedade 969
21.5. Consumação e tentativa 969
21.6. Ação penal 970
21.7. Princípio da especialidade 970
22. Advocacia administrativa 970
22.1. Considerações iniciais 970
22.2. Sujeitos do crime 970
22.3. Conduta 971
22.4. Voluntariedade 973
22.5. Consumação e tentativa 973
22.6. Ação penal 973

STJ00113731

22.7. Princípio da especialidade 973
23. Violência arbitrária 974
23.1. Considerações Iniciais 974
23.2. Sujeitos do crime 976
23.3. Conduta..... 976
23.4. Voluntariedade 976
23.5. Consumação e tentativa 977
23.6. Ação penal 977
23.7. Princípio da especialidade 977
24. Abandono de função 977
24.1. Considerações iniciais 978
24.2. Sujeitos do crime 978
24.3. Conduta..... 979
24.4. Voluntariedade 979
24.5. Consumação e tentativa 979
24.6. Ação penal 980
24.7. Princípio da especialidade 980
25. Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado 980
25.1. Considerações iniciais 980
25.2. Sujeitos do crime 980
25.3. Conduta..... 981
25.4. Voluntariedade 981
25.5. Consumação e tentativa 981
25.6. Ação penal 982
25.7. Princípio da especialidade 982
26. Violação de sigilo funcional 982
26.1. Considerações iniciais 982
26.2. Sujeitos do crime 982
26.3. Conduta..... 983
26.4. Voluntariedade 984
26.5. Consumação e tentativa 984
26.6. Figuras equiparadas 985
26.7. Qualificadora..... 985
26.8. Ação penal 985
26.9. Princípio da especialidade 985
27. Violação do sigilo de proposta de concorrência 986
27.1. Considerações gerais 986
28. Funcionário público 986
28.1. Considerações gerais 986

CAPÍTULO II – DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL 987

1. Introdução 987
2. Usurpação de função pública 989
2.1. Considerações iniciais 989
2.2. Sujeitos do crime 989
2.3. Conduta..... 989
2.4. Voluntariedade 991
2.5. Consumação e tentativa 991
2.6. Qualificadora..... 992
2.7. Ação penal 992
2.8. Princípio da especialidade 992
3. Resistência 992
3.1. Considerações iniciais 992
3.2. Sujeitos do crime 992
3.3. Conduta..... 993
3.3.1. Oposição mediante agressão 993
3.3.2. À execução de ato legal 994
3.3.3. Contra funcionário competente ou particular que lhe presta auxílio 994
3.4. Voluntariedade 994
3.5. Consumação e tentativa 995
3.6. Qualificadora..... 997
3.7. Ação penal 997
3.8. Princípio da especialidade 997
4. Desobediência 997
4.1. Considerações iniciais 997
4.2. Sujeitos do crime 998
4.3. Conduta..... 998
4.4. Voluntariedade 1001
4.5. Consumação e tentativa 1001
4.6. Ação penal 1001
4.7. Princípio da especialidade 1001
5. Desacato 1003
5.1. Considerações iniciais 1003
5.2. Sujeitos do crime 1003
5.3. Conduta..... 1004
5.4. Voluntariedade 1008
5.5. Consumação e tentativa 1008
5.6. Ação penal 1008
5.7. Princípio da especialidade 1008
6. Tráfico de influência..... 1009
6.1. Considerações iniciais 1009
6.2. Sujeitos do delito 1009
6.3. Conduta..... 1010
6.4. Voluntariedade 1010
6.5. Consumação e tentativa 1010
6.6. Majorante de pena 1010
6.7. Ação penal 1011

STJ00113731

6.8. Princípio da especialidade 1011
7. Corrupção ativa..... 1011
7.1. Considerações iniciais 1011
7.1.1. Responsabilidade extrapenal da pessoa jurídica por atos de corrupção..... 1011
7.2. Sujeitos do delito 1017
7.3. Conduta..... 1017
7.4. Voluntariedade 1019
7.5. Consumação e tentativa 1019
7.6. Majorantes de pena..... 1019
7.7. Ação penal 1020
7.8. Princípio da especialidade 1020
8. Descaminho 1021
8.1. Considerações iniciais 1021
8.2. Sujeitos do delito 1021
8.3. Conduta..... 1022
8.4. Voluntariedade 1024
8.5. Consumação e tentativa 1024
8.6. Descaminho por assimilação 1028
8.7. Cláusula de equiparação..... 1030
8.8. Majorante de pena 1030
8.9. Extinção da punibilidade..... 1031
8.10. Ação penal 1032
9. Contrabando 1033
9.1. Considerações iniciais 1033
9.2. Sujeitos do delito 1034
9.3. Conduta..... 1034
9.4. Voluntariedade 1036
9.5. Consumação e tentativa 1036
9.6. Contrabando por assimilação 1036
9.7. Cláusula de equiparação..... 1037
9.8. Majorante de pena 1037
9.9. Ação penal 1037
10. Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência 1038
10.1. Considerações iniciais 1038
10.2. Sujeitos do delito 1038
10.3. Conduta..... 1039
10.4. Voluntariedade 1039
10.5. Consumação e tentativa 1039
10.6. Abstenção subornada 1040
10.7. Ação penal 1040
10.8. Princípio da especialidade 1040
11. Inutilização de edital ou de sinal 1040
11.1. Considerações iniciais 1041
11.2. Sujeitos do delito 1041
11.3. Conduta..... 1041
11.4. Voluntariedade 1042
11.5. Consumação e tentativa 1042
11.6. Ação penal 1043
11.7. Princípio da especialidade 1043
12. Subtração ou inutilização de livro ou documento..... 1043
12.1. Considerações iniciais 1043
12.2. Sujeitos do delito 1043
12.3. Conduta..... 1044
12.4. Voluntariedade 1044
12.5. Consumação e tentativa 1045
12.6. Ação penal 1045
12.7. Princípio da especialidade 1045
13. Sonegação de contribuição previdenciária 1046
13.1. Considerações iniciais 1046
13.2. Sujeitos do delito 1047
13.3. Conduta..... 1047
13.4. Voluntariedade 1050
13.5. Consumação e tentativa 1050
13.6. Extinção da punibilidade..... 1051
13.7. Perdão judicial ou aplicação de pena de multa..... 1054
13.8. Crime privilegiado..... 1055
13.9. Ação penal 1055

CAPÍTULO II-A – DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTRANGEIRA 1055

1. Introdução 1055
2. Conceito de funcionário público estrangeiro para fins penais..... 1056
3. Responsabilidade extrapenal da pessoa jurídica por atos de corrupção contra a administração pública estrangeira..... 1056
4. Corrupção ativa em transação comercial internacional 1059
4.1. Considerações iniciais 1060
4.2. Sujeitos do crime 1061
4.3. Conduta..... 1061
4.4. Voluntariedade 1061
4.5. Consumação e tentativa 1062
4.6. Majorante de pena 1062
4.7. Ação penal 1062

STJ00113731

5. Tráfico de influência em transação comercial internacional 1062
5.1. Considerações iniciais 1063
5.2. Sujeitos do delito 1063
5.3. Conduta..... 1063
5.4. Voluntariedade 1064
5.5. Consumação e tentativa 1064
5.6. Majorante de pena 1064
5.7. Ação penal 1064
6. Funcionário público estrangeiro 1065
6.1. Considerações gerais 1065

CAPÍTULO II-B – DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS..... 1065

1. Introdução 1065
2. Contratação direta ilegal..... 1066
2.1. Considerações iniciais 1066
2.2. Sujeitos do crime 1067
2.3. Conduta..... 1068
2.4. Voluntariedade 1071
2.5. Consumação e tentativa 1072
2.6. Ação penal 1074
3. Frustração do caráter competitivo de licitação 1074
3.1. Considerações iniciais 1074
3.2. Sujeitos do crime 1075
3.3. Conduta..... 1075
3.4. Voluntariedade 1076
3.5. Consumação e tentativa 1077
3.6. Ação penal 1077
4. Patrocínio de contratação indevida 1077
4.1. Considerações iniciais 1077
4.2. Sujeitos do crime 1078
4.3. Conduta..... 1078
4.4. Voluntariedade 1079
4.5. Consumação e tentativa 1080
4.6. Ação penal 1080
5. Modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo 1080
5.1. Considerações iniciais 1080
5.2. Sujeitos do crime 1081
5.3. Conduta..... 1081
5.4. Voluntariedade 1085
5.5. Consumação e tentativa 1085
5.6. Ação penal 1086
6. Perturbação de processo licitatório..... 1086
6.1. Considerações iniciais 1086
6.2. Sujeitos do crime 1086
6.3. Conduta..... 1086
6.4. Voluntariedade 1089
6.5. Consumação e tentativa 1089
6.6. Ação penal 1089
7. Violação de sigilo em licitação 1090
7.1. Considerações iniciais 1090
7.2. Sujeitos do crime 1090
7.3. Conduta..... 1090
7.4. Voluntariedade 1091
7.5. Consumação e tentativa 1091
7.6. Ação penal 1092
8. Afastamento de licitante..... 1092
8.1. Considerações iniciais 1092
8.2. Sujeitos do crime 1093
8.3. Conduta..... 1093
8.4. Voluntariedade 1094
8.5. Consumação e tentativa 1095
8.6. Ação penal 1095
9. Fraude em licitação ou contrato 1095
9.1. Considerações iniciais 1095
9.2. Sujeitos do crime 1096
9.3. Conduta..... 1097
9.4. Voluntariedade 1099
9.5. Consumação e tentativa 1100
9.6. Ação penal 1100
10. Contratação inidônea 1100
10.1. Considerações iniciais 1100
10.2. Sujeitos do crime 1101
10.3. Conduta..... 1101
10.4. Voluntariedade 1103
10.5. Consumação e tentativa 1104
10.6. Ação penal 1104
11. Impedimento indevido 1105
11.1. Considerações iniciais 1105
11.2. Sujeitos do crime 1105
11.3. Conduta..... 1106
11.4. Voluntariedade 1107
11.5. Consumação e tentativa 1107
11.6. Ação penal 1108
12. Omissão grave de dado ou de informação por projetista..... 1108
12.1. Considerações iniciais 1108
12.2. Sujeitos do crime 1108
12.3. Conduta..... 1109

STJ00113731

12.4. Voluntariedade 1111
12.5. Consumação e tentativa 1111
12.6. Ação penal 1112
13. Pena de multa 1112

CAPÍTULO III – DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA 1113

1. Introdução 1113
2. Reingresso de estrangeiro expulso 1113
2.1. Considerações iniciais 1113
2.2. Sujeitos do delito 1114
2.3. Conduta..... 1114
2.4. Voluntariedade 1115
2.5. Consumação e tentativa 1115
2.6. Ação penal 1115
3. Denunciação caluniosa 1115
3.1. Considerações iniciais 1116
3.2. Sujeitos do delito 1117
3.3. Conduta..... 1118
3.4. Voluntariedade 1121
3.5. Consumação e tentativa 1123
3.6. Majorante e minorante de pena..... 1124
3.6.1. Majorante de pena..... 1124
3.6.2. Minorante de pena: Denunciação caluniosa de contravenção penal 1125
3.7. Ação penal 1125
3.8. Princípio da especialidade 1125
4. Comunicação falsa de crime ou de contravenção 1125
4.1. Considerações iniciais 1125
4.2. Sujeitos do delito 1126
4.3. Conduta..... 1126
4.4. Voluntariedade 1127
4.5. Consumação e tentativa 1128
4.6. Ação penal 1129
4.7. Princípio da especialidade 1129
5. Autoacusação falsa 1129
5.1. Considerações iniciais 1129
5.2. Sujeitos do delito 1129
5.3. Conduta..... 1130
5.4. Voluntariedade 1130
5.5. Consumação e tentativa 1131
5.6. Ação penal 1132
5.7. Princípio da especialidade 1132
6. Falso testemunho ou falsa perícia 1132
6.1. Considerações iniciais 1132
6.2. Sujeitos do delito 1133
6.3. Conduta..... 1135
6.4. Voluntariedade 1137
6.5. Consumação e tentativa 1137
6.6. Majorantes de pena..... 1141
6.7. Extinção da punibilidade..... 1141
6.8. Ação penal 1143
6.9. Princípio da especialidade 1144
7. Corrupção ativa de testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete 1144
7.1. Considerações iniciais 1144
7.2. Sujeitos do delito 1145
7.3. Conduta..... 1145
7.4. Voluntariedade 1146
7.5. Consumação e tentativa 1146
7.6. Majorante de pena 1146
7.7. Ação penal 1147
7.8. Princípio da especialidade 1147
8. Coação no curso do processo 1147
8.1. Considerações iniciais 1147
8.2. Sujeitos do delito 1147
8.3. Conduta..... 1148
8.4. Voluntariedade 1149
8.5. Consumação e tentativa 1150
8.6. Majorante de pena 1150
8.7. Ação penal 1152
8.8. Princípio da especialidade 1152
9. Exercício arbitrário das próprias razões... 1152
9.1. Considerações iniciais 1152
9.2. Sujeitos do delito 1153
9.3. Conduta..... 1153
9.4. Voluntariedade 1154
9.5. Consumação e tentativa 1154
9.6. Ação penal 1155
10. Subtração, supressão ou danificação de coisa própria no legítimo poder de terceiro..... 1156
10.1. Considerações iniciais 1156
10.2. Sujeitos do delito 1157
10.3. Conduta..... 1157
10.4. Voluntariedade 1158
10.5. Consumação e tentativa 1158
10.6. Ação penal 1158
11. Fraude processual..... 1158
11.1. Considerações iniciais 1159

STJ00113731

11.2. Sujeitos do delito 1159
11.3. Conduta..... 1159
11.4. Voluntariedade 1160
11.5. Consumação e tentativa 1161
11.6. Majorante 1161
11.7. Ação penal 1162
11.8. Princípio da especialidade 1162
12. Favorecimento pessoal 1162
12.1. Considerações iniciais 1163
12.2. Sujeitos do delito 1163
12.3. Conduta..... 1163
12.4. Voluntariedade 1165
12.5. Consumação e tentativa 1165
12.6. Escusa absolutória 1166
12.7. Ação penal 1166
12.8. Princípio da especialidade 1166
13. Favorecimento real 1167
13.1. Considerações iniciais 1167
13.2. Sujeitos do delito 1167
13.3. Conduta..... 1167
13.4. Voluntariedade 1169
13.5. Consumação e tentativa 1169
13.6. Ação penal 1170
13.7. Princípio da especialidade 1170
14. Introdução de aparelho de comunicação, sem autorização legal, em estabelecimento prisional..... 1170
14.1. Considerações iniciais 1170
14.2. Sujeitos do crime 1171
14.3. Conduta..... 1171
14.4. Voluntariedade 1172
14.5. Consumação e tentativa 1172
14.6. Ação penal 1172
15. Exercício arbitrário ou abuso de poder ... 1173
16. Fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança..... 1173
16.1. Considerações iniciais 1173
16.2. Sujeitos do delito 1174
16.3. Conduta..... 1174
16.4. Voluntariedade 1175
16.5. Consumação e tentativa 1176
16.6. Qualificadoras 1176
16.7. Ação penal 1177
16.8. Princípio da especialidade 1177
17. Evasão mediante violência contra pessoa 1177
17.1. Considerações iniciais 1177
17.2. Sujeitos do delito 1177
17.3. Conduta..... 1178
17.4. Voluntariedade 1179
17.5. Consumação e tentativa 1179
17.6. Ação penal 1180
17.7. Princípio da especialidade 1180
18. Arrebatamento de preso 1180
18.1. Considerações iniciais 1180
18.2. Sujeitos do delito 1180
18.3. Conduta..... 1181
18.4. Voluntariedade 1181
18.5. Consumação e tentativa 1182
18.6. Ação penal 1182
18.7. Princípio da especialidade 1182
19. Motim de presos..... 1182
19.1. Considerações iniciais 1182
19.2. Sujeitos do delito 1183
19.3. Conduta..... 1183
19.4. Voluntariedade 1184
19.5. Consumação e tentativa 1184
19.6. Ação penal 1184
19.7. Princípio da especialidade 1184
20. Patrocínio infiel 1184
20.1. Considerações iniciais 1184
20.2. Sujeitos do delito 1185
20.3. Conduta..... 1185
20.4. Voluntariedade 1186
20.5. Consumação e tentativa 1187
21. Patrocínio simultâneo ou tergiversação.... 1187
21.1. Considerações gerais 1187
22. Ação penal (Patrocínio infiel e Patrocínio simultâneo ou tergiversação) 1188
23. Sonegação de papel ou objeto de valor probatório..... 1188
23.1. Considerações iniciais 1188
23.2. Sujeitos do delito 1188
23.3. Conduta..... 1189
23.4. Voluntariedade 1189
23.5. Consumação e tentativa 1190
23.6. Ação penal 1190
23.7. Princípio da especialidade 1190
24. Exploração de prestígio..... 1190
24.1. Considerações iniciais 1191
24.2. Sujeitos do delito 1191
24.3. Conduta..... 1191
24.4. Voluntariedade 1192

STJ00113731

24.5. Consumação e tentativa 1192
24.6. Majorante de pena 1193
24.7. Ação penal 1193
24.8. Princípio da especialidade 1193
25. Violência ou fraude em arrematação judicial..... 1193
25.1. Considerações iniciais 1193
25.2. Sujeitos do delito 1194
25.3. Conduta..... 1194
25.4. Voluntariedade 1194
25.5. Consumação e tentativa 1195
25.6. Ação penal 1195
26. Desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito 1195
26.1. Considerações iniciais 1195
26.2. Sujeitos do delito 1196
26.3. Conduta..... 1196
26.4. Voluntariedade 1197
26.5. Consumação e tentativa 1197
26.6. Ação penal 1197
26.7. Princípio da especialidade 1197

CAPÍTULO IV – DOS CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS 1197

1. Introdução 1197
2. Contratação de operação de crédito 1198
2.1. Considerações iniciais 1198
2.2. Sujeitos do delito 1198
2.3. Conduta..... 1199
2.4. Voluntariedade 1200
2.5. Consumação e tentativa 1200
2.6. Crimes assemelhados 1200
2.7. Ação penal 1201
3. Inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar 1201
3.1. Considerações iniciais 1202
3.2. Sujeitos do delito 1202
3.3. Conduta..... 1202
3.4. Voluntariedade 1203
3.5. Consumação e tentativa 1203
3.6. Ação penal 1204
4. Assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura 1204
4.1. Considerações iniciais 1204
4.2. Sujeitos do delito 1204
4.3. Conduta..... 1205
4.4. Voluntariedade 1206
4.5. Consumação e tentativa 1206
4.6. Ação penal 1206
5. Ordenação de despesa não autorizada ... 1206
5.1. Considerações iniciais 1207
5.2. Sujeitos do delito 1207
5.3. Conduta..... 1207
5.4. Voluntariedade 1208
5.5. Consumação e tentativa 1208
5.6. Ação penal 1209
6. Prestação de garantia graciosa 1209
6.1. Considerações iniciais 1209
6.2. Sujeitos do delito 1209
6.3. Conduta..... 1209
6.4. Voluntariedade 1210
6.5. Consumação e tentativa 1210
6.6. Ação penal 1211
7. Não cancelamento de restos a pagar 1211
7.1. Considerações iniciais 1211
7.2. Sujeitos do delito 1211
7.3. Conduta..... 1212
7.4. Voluntariedade 1212
7.5. Consumação e tentativa 1212
7.6. Ação penal 1213
8. Aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura 1213
8.1. Considerações iniciais 1213
8.2. Sujeitos do delito 1213
8.3. Conduta..... 1214
8.4. Voluntariedade 1214
8.5. Consumação e tentativa 1214
8.6. Ação penal 1215
9. Oferta pública ou colocação de títulos no mercado..... 1215
9.1. Considerações iniciais 1215
9.2. Sujeitos do delito 1215
9.3. Conduta..... 1216
9.4. Voluntariedade 1216
9.5. Consumação e tentativa 1216
9.6. Ação penal 1216

TÍTULO XII
DOS CRIMES CONTRA O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO 1217

1. A natureza jurídica dos crimes contra o estado democrático de direito (ou por que na democracia não há presos políticos)..... 1217

STJ00113731

1.1. O ocaso das leis de segurança nacional 1217
1.2. Na democracia, os crimes do Título XII do Código Penal não são políticos 1219
1.2.1. Breves apontamentos sobre a noção de crime político 1220
1.2.2. Crimes políticos e sua dependência do contexto não democrático 1223
1.2.3. Conclusão: só há presos políticos em ditaduras 1232

CAPÍTULO I – DOS CRIMES CONTRA A SOBERANIA NACIONAL 1233

1. Atentado à soberania 1233
1.1. Considerações iniciais 1234
1.2. Sujeitos do crime 1234
1.3. Conduta 1235
1.4. Voluntariedade 1239
1.5. Consumação e tentativa 1240
1.6. Majorante 1240
1.7. Ação penal 1241
1.8. Direito intertemporal 1241
2. Atentado à integridade nacionaL 1243
2.1. Considerações iniciais 1243
2.2. Sujeitos do crime 1243
2.3. Conduta 1243
2.4. Voluntariedade 1245
2.5. Consumação e tentativa 1245
2.6. Ação penal 1245
2.7. Direito intertemporal 1245
3. Espionagem 1246
3.1. Considerações iniciais 1246
3.2. Sujeitos do crime 1248
3.3. Conduta 1248
3.4. Voluntariedade 1256
3.5. Consumação e tentativa 1256
3.6. Qualificadora 1257
3.7. Causas de exclusão da tipicidade 1258
3.8. Ação penal 1259
3.9. Direito intertemporal 1259

CAPÍTULO II – DOS CRIMES CONTRA AS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS 1261

1. Abolição violenta do estado democrático de direito 1261
1.1. Considerações iniciais 1262
1.2. Sujeitos do crime 1262
1.3. Conduta 1262
1.4. Voluntariedade 1264
1.5. Consumação e tentativa 1264
1.6. Ação penal 1264
1.7. Direito intertemporal 1264
2. Golpe de estado 1267
2.1. Considerações iniciais 1267
2.2. Sujeitos do crime 1268
2.3. Conduta 1268
2.4. Voluntariedade 1269
2.5. Consumação e tentativa 1269
2.6. Ação penal 1270
2.7. Direito intertemporal 1270

CAPÍTULO III – DOS CRIMES CONTRA O FUNCIONAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS NO PROCESSO ELEITORAL 1270

1. Interrupção do processo eleitoral 1270
1.1. Considerações iniciais 1271
1.2. Sujeitos do crime 1271
1.3. Conduta 1271
1.4. Voluntariedade 1272
1.5. Consumação e tentativa 1272
1.6. Ação penal 1273
2. Comunicação enganosa em massa 1273
2.1. Considerações iniciais 1273
2.2. Sujeitos do crime 1274
2.3. Conduta 1274
2.4. Voluntariedade 1276
2.5. Consumação e tentativa 1277
2.6. Ação penal 1277
3. Violência política 1277
3.1. Considerações iniciais 1277
3.2. Sujeitos do crime 1280
3.3. Conduta 1280
3.4. Voluntariedade 1282
3.5. Consumação e tentativa 1282
3.6. Ação penal 1282
3.7. Direito Intertemporal 1282
4. Ação penal privada subsidiária 1283
4.1. Considerações iniciais 1283
4.2. Ação penal privada subsidiária da pública 1284

STJ00113731

CAPÍTULO IV – DOS CRIMES CONTRA O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS 1286

1. Sabotagem 1286
   1.1. Considerações iniciais 1286
   1.2. Sujeitos do crime 1287
   1.3. Conduta..... 1287
   1.4. Voluntariedade 1287
   1.5. Consumação e tentativa 1288
   1.6. Ação penal 1288
   1.7. Direito intertemporal..... 1288

CAPÍTULO V – DOS CRIMES CONTRA A CIDADANIA 1291

1. Atentado a direito de manifestação 1291
   1.1. Considerações iniciais 1291
   1.2. Sujeitos do crime 1291
   1.3. Conduta..... 1292
   1.4. Voluntariedade 1295
   1.5. Consumação e tentativa 1295
   1.6. Qualificadoras 1295
   1.7. Ação penal 1295

CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES COMUNS 1295

1. Exclusão do crime 1295
2. Causas de aumento de pena 1296
3. Título XII do Código Penal e questões relacionadas aos crimes do Código Penal Militar, da Lei de Terrorismo e da Lei de Segurança Nacional 1299
   3.1. O Título XII do CP e crimes similares do Código Penal Militar..... 1299
      3.1.1. Tipos do Código Penal Militar e seu conflito com a Lei de Segurança Nacional (Lei 7.170/83)..... 1299
      3.1.2. Crimes contra o Estado Democrático de Direito cometidos por militar 1310
   3.2. A ausência de qualquer reflexo do crime de sabotagem do Título XII do Código Penal na Lei de Terrorismo 1318
   3.3. Dispositivos da Lei de Segurança Nacional sem correspondência na Lei n. 14.197/2021: casos de *abolitio criminis* ou de continuidade normativo-típica 1319

BIBLIOGRAFIA..... 1323

STJ00113731

ÍNDICE DE PERGUNTAS

TÍTULO I
DOS CRIMES CONTRA A PESSOA 45

☑ Quando se inicia a vida extrauterina? 49

☑ Quando se inicia o parto? 49

☑ O agente que, sabendo ser portador do vírus HIV, oculta a doença da parceira e com ela mantém conjunção carnal, pratica qual crime? 53

☑ A vingança é motivo torpe? 59

☑ Pode figurar como vítima do feminicídio pessoa transexual? 71

☑ De quem é a competência para o sumário da culpa no feminicídio? 75

☑ O homicídio praticado contra guardas civis (municipais ou metropolitanos) está abrangido na qualificadora do inciso VII do § 2º do art. 121? 77

☑ E o homicídio praticado contra agentes de segurança viária, está no âmbito da qualificadora? 77

☑ E quanto ao homicídio praticado contra agentes de polícia do Congresso Nacional, pode-se afirmar que atrai a qualificadora? 77

☑ No caso de homicídio qualificado-privilegiado surge uma pergunta: o crime será hediondo?. 83

☑ Quantas pessoas devem, no mínimo, integrar o "grupo" de extermínio ou a milícia privada? ... 85

☑ Quando um grupo de extermínio (ou milícia privada) promove matança, os agentes respondem somente por homicídio majorado (art. 121, § 6º) ou em concurso com o delito de formação de tais grupos criminosos (art. 288-A)? 86

☑ A conduta daquele que limpa arma carregada próximo de crianças, vindo, acidentalmente, a acioná-la e matar o infante, seria um caso de negligência ou imprudência? O médico responsável pela morte de seu paciente em consequência de uma intervenção cirúrgica que ele empreende sem perfeito domínio da técnica configura imperícia ou negligência? 88

☑ Que crime estaria caracterizado no caso daquele que induziu ou instigou o ofendido ao suicídio e no momento culminante do ato acabou interferindo na sua execução? 102

☑ Para que incida a majorante do art. 127 do CP não é indispensável que o aborto se consume. Basta que a gestante sofra lesão grave ou que venha a morrer. Essa conclusão decorre do próprio texto da lei, que determina o acréscimo quando as lesões graves ou a morte constituem consequências do aborto ou dos meios empregados para provocá-lo. Neste caso, o agente responderá por tentativa de aborto qualificado? Seria uma exceção à regra de que não cabe tentativa em crime preterdoloso? 123

☑ No crime de perigo de contágio venéreo (art. 130 do CP), como tratar a situação em que da prática do ato de libidinagem ocorre o contágio da vítima, resultado que não faz parte da vontade do agente? 164

☑ Agente que, buscando apenas amedrontar o seu desafeto, contra ele atira com arma de fogo, expondo a sua vida a risco real e concreto, por qual crime responde? 169

STJ00113731

☑ Se a morte do periclitante for inevitável, responderá o agente pela omissão do comportamento devido, apesar de este não ter a capacidade de evitar o resultado danoso? 182

☑ E se a exigência ocorrer num atendimento de urgência (e não de emergência)? 186

☑ Admite-se concurso de crimes? 202

☑ Imputar a pessoa jurídica fatos criminosos sabidamente inverídicos, capazes de abalar o seu crédito e a confiança exigida pelo mercado, configura calúnia? 204

☑ A autocalúnia é punida? 205

☑ A autoinjúria é crime? 215

☑ É cabível o perdão judicial (§ 1º) na injúria qualificada por preconceito? 221

☑ É cabível acordo de não persecução penal no crime de injúria qualificada pelo preconceito? 221

☑ De quem é a competência para julgar a injúria racial cometida pela internet? 222

☑ Para a configuração da majorante do art. 141, III, computa-se a vítima do crime contra a honra? 225

☑ É possível constranger ilegalmente alguém por meio da omissão? 239

☑ Sabendo-se que a ação penal do rapto era, em regra, de iniciativa privada, e a do sequestro qualificado pela finalidade libidinosa, pública incondicionada, com a alteração trazida pela Lei 11.106/05, devem os fatos ser descritos em queixa-crime, oferecida pela vítima, ou em denúncia, proposta pelo Ministério Público? 265

☑ Classificado expressamente pelo Código como crime contra a liberdade individual, de quem é a competência para o processo e julgamento do crime de redução a condição análogo à de escravo? 268

☑ O consentimento do ofendido exclui o crime de tráfico de pessoas? 274

☑ Se o agente invade o computador da vítima para descobrir sua senha e subtrai valores de sua conta bancária, pratica qual crime? 318

TÍTULO II
DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO 321

☑ O proprietário, subtraindo coisa sua que se encontra na legítima posse de terceiro, pratica qual infração penal? 322

☑ A subtração de objetos deixados dentro de uma sepultura configura qual crime? 325

☑ O furto famélico (para saciar a fome) é crime? 326

☑ Nélson Hungria formula a seguinte hipótese, comum na prática: o indivíduo, visando "surrupiar" dinheiro do bolso da calça de transeunte, se depara com a algibeira vazia. Haverá, no caso, tentativa punível ou crime impossível (art. 17 do CP)? 327

☑ A instalação de sistema de vigilância pode tornar impossível a consumação do furto? 327

☑ O § 1º do art. 155 aumenta a pena de um terço se o crime é praticado durante o repouso noturno. O que significa "repouso noturno"? 329

☑ Sabendo que o rompimento de obstáculo para qualificar o crime há de ser exterior à coisa subtraída, lembra a doutrina que se a violência for exercida contra o próprio objeto visado não incide a qualificadora. Seguindo essa lição, temos que o rompimento do vidro do veículo constitui violência contra a própria coisa objeto da subtração, não qualificando o furto (RT 80/264). Daí surge a inevitável indagação: se destruir o vidro não qualifica o delito quando a coisa visada é o próprio veículo, será que qualifica no caso de se visar a subtração do seu aparelho de som? 338

STJ00113731

☑ Aplica-se o princípio da insignificância quando o furto é qualificado por alguma das circunstâncias do § 4º? 344

☑ O que se entende por "semovente domesticável de produção" para fins do crime de furto de animal? 352

☑ O sócio de fato pode cometer o crime do art. 156 do CP? 354

☑ Como tratar o caso do agente que, por erro, subtrai coisa comum pensando ser alheia? 355

☑ O que são valores? 365

☑ De quem é a competência para julgar o crime de roubo cometido contra os Correios? 365

☑ No crime de latrocínio, havendo pluralidade de vítimas numa só subtração há também pluralidade de crimes? 376

☑ Pessoa jurídica pode ser vítima do crime de extorsão mediante sequestro? 387

☑ A supressão ou alteração de marca ou sinal indicativo de propriedade em um único animal pertencente ao rebanho configura o crime do art. 162 do CP? 402

☑ O condômino pode praticar o crime de dano? 404

☑ Fazer desaparecer, dolosamente, um pássaro doméstico da vigilância do seu dono configura dano? 405

☑ Essa discussão não é meramente acadêmica, apresentando real interesse prático. Por exemplo, preso que danifica a cela para fugir pratica o crime? 406

☑ Constitui o crime de dano contra o patrimônio da União a conduta de carimbar ou inserir imagens ou inscrições em cédulas de papel-moeda? 410

☑ É possível apropriação indébita de coisa fungível? 417

☑ Admite-se o princípio da insignificância no crime de apropriação indébita? 419

☑ Será que todas as hipóteses são alcançadas pela majorante em estudo? 420

☑ A fraude bilateral (má-fé do agente e da vítima) exclui o crime? 443

☑ Quando o agente, mediante engodo, consegue obter da vítima, não dinheiro ou coisa de valor econômico imediato, mas um título de crédito (ex.: nota promissória ou um cheque), tem-se crime consumado ou tentado? 446

☑ Emissão de cheque sem fundos para pagamento de dívida de jogo configura o crime? 456

☑ O que se deve entender por pequeno valor? 457

☑ O privilégio, no crime de estelionato, aplica-se somente ao "caput" do art. 171 do CP, ou também às formas equiparadas trazidas no parágrafo seguinte (§ 2º)? 457

☑ A fraude configuradora do crime do art. 179 do CP pode ocorrer a qualquer tempo ou pressupõe processo civil já está instaurado (em fase de execução ou cognitiva)? 499

☑ Existe receptação (própria ou imprópria) de coisa produto de ato infracional? 504

☑ Pergunta-se: é possível receptação qualificada privilegiada? 512

TÍTULO III
DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL 523

TÍTULO IV
DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO 535

☑ Pessoa jurídica pode ser vítima do crime de boicotagem violenta? 539

STJ00113731

☑ O médico que continua a exercer a profissão após ter sua inscrição cancelada no Conselho Federal de Medicina pratica o delito do art. 205 (exercício e atividade com infração de decisão administrativa) ou do art. 282 (exercício ilegal da medicina)? 553

☑ Por fim, indaga-se: qual o sentido do termo trabalhadores? 555

TÍTULO V
DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS..... 559

TÍTULO VI
DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL 573

☑ Qual o tratamento jurídico para o denominado "stealthing"? 579

☑ A prática de conjunção carnal seguida de atos libidinosos (sexo anal, por exemplo) gera pluralidade de delitos? 581

☑ É possível assédio sexual praticado por professor em face de aluno? De bispo para com o sacerdote? 593

☑ Existe o crime de assédio sexual se o empregador constrange sua subalterna para favorecer sexualmente seu filho (do empregador)? 594

☑ No crime do art. 218-A do CP, exige-se a presença física (in loco) do menor? 615

☑ A prostituta pode ser vítima do delito do art. 218-B? 619

☑ Há facilitação de prostituição na conduta do agente que mantém página na internet em que prostitutas anunciam seus serviços? 620

☑ Diante da mudança na regra da ação penal dos crimes sexuais, os fatos anteriores que dependiam de representação continuam vinculados à condição de procedibilidade ou o Ministério Público pode oferecer denúncia independentemente de iniciativa da vítima? 636

☑ Como encarar a micção em público? É crime ou indiferente penal? 660

☑ Sabendo que a mulher pode ser sujeito ativo de estupro, tendo um homem como vítima, haverá o aumento de pena previsto no art. 234-A do CP quando, nessa condição, engravidar? 667

☑ A autora do crime sexual, engravidando em face do estupro que praticou, pode abortar legalmente, nos termos do art. 128, II, do CP? 667

TÍTULO VII
DOS CRIMES CONTRA A FAMÍLIA 671

☑ Por fim, sabendo-se que o crime de bigamia é antecedido de declaração falsa do agente a respeito do seu estado civil no processo de habilitação, fica a pergunta: o crime de falsidade fica absorvido pelo de bigamia? 675

TÍTULO VIII
DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA 713

☑ E como interpretar o uso de gás lacrimogêneo pela polícia? 725

☑ O conhecido "surf ferroviário" (jovens se equilibrando sobre a composição do trem em andamento) configura o crime do art. 260 do CP? 740

☑ O movimento de greve pode configurar o crime do art. 265 do CP? 753

☑ A revogação da norma sanitária retroage para tornar o fato atípico? 763

STJ00113731

☑ O fornecimento de substância medicinal de melhor qualidade que a receitada configura o crime do art. 280 do CP? ... 790

TÍTULO IX
DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA ... 803

☑ Apologia de crime culposo é típica? ... 812

☑ É possível uma pessoa pertencer a mais de uma associação criminosa? ... 815

☑ Quantas pessoas devem, no mínimo, integrar o grupo (no caso, organização paramilitar, milícia particular, grupo ou esquadrão)? ... 822

TÍTULO X
DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA ... 827

☑ A substituição de fotografia em documento público configura o crime do art. 297 do CP? ... 856

☑ A simulação, estabelecida no Código Civil como causa de nulidade do negócio jurídico, dá ensejo à falsidade ideológica? ... 865

☑ Como caracterizar a conduta daquele que abusa do papel em branco assinado? ... 866

☑ Se o agente se irroga falsa identidade para afastar de si a responsabilidade por eventual prática criminosa, comete o crime do art. 307 do CP? ... 892

☑ A adulteração da placa de veículo semirreboque configura o crime do art. 311 do CP? ... 902

☑ A simples substituição de placas de um veículo pelas de outro (sem adulterar ou remarcar número) configura o crime? ... 903

TÍTULO XI
DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ... 909

☑ Realmente aqui a conduta do servidor se mostra ainda mais censurável, demonstrando um atrevimento incomum. Da simples leitura do parágrafo em estudo, nasce a pergunta: será que prefeitos, governadores e presidente da República, quando autores de crimes funcionais, estão inevitavelmente compreendidos na majorante? ... 917

☑ Abrangeria ela também a mera detenção? ... 923

☑ Há crime de peculato quando o agente público com poder de nomeação recebe parte do salário dos funcionários nomeados? ... 925

☑ Haverá o crime de peculato culposo se o agente público negligente concorre para a prática de delito não funcional, como, por exemplo, um furto? ... 931

☑ De quem é a competência para julgar o crime de concussão cometido pelo médico servidor do SUS? ... 946

☑ Haverá o crime de concussão quando a indevida vantagem exigida é para a própria administração pública? ... 947

☑ É possível praticar corrupção passiva por omissão? ... 955

☑ E se o funcionário, ao invés de apenas permitir o acesso ao aparelho, pessoalmente entregá-lo ou, então, deixar de retirar do preso aparelho que já está em sua posse? Pratica o crime do art. 319-A do CP? ... 967

☑ Aquele que se intitula detetive particular e se dispõe a fazer "investigações" pratica o delito de usurpação de função pública? ... 990

STJ00113731

☑ Nos termos do disposto no § 2º, as penas do artigo 329 do CP são aplicáveis sem prejuízo das correspondentes à violência (lesão corporal ou homicídio). Daí surge a inevitável indagação: trata-se, no caso, de concurso formal ou material? 996

☑ Sabe-se que o STF consolidou o entendimento de que a constituição definitiva do crédito tributário, nos crimes materiais contra a ordem tributária, é condição para a tipicidade (súmula vinculante nº 24). Daí surge a questão: isso se estende ao descaminho? A resposta pressupõe a solução de outra indagação: o descaminho é crime formal ou material? 1023

☑ Instalou-se a dúvida: a análise da insignificância devia considerar a Lei 10.522/02 (R$ 10.000,00) ou a Portaria 75/12 (R$ 20.000,00)? 1025

☑ Uma sucessão de normas sobre o assunto, além de causar o cancelamento da Súmula 560 do STF ("a extinção da punibilidade, pelo pagamento do tributo devido, estende-se ao crime de contrabando ou descaminho, por força do art. 18, § 2º, do Decreto-lei 157/67"), provocou séria dúvida na doutrina e na jurisprudência: será que o recolhimento oportuno do tributo sonegado extingue a punibilidade do delito de descaminho? 1031

☑ Admite-se o princípio da insignificância no contrabando? 1035

☑ Daí surge a inevitável indagação: trata-se, no caso, de concurso formal ou material? 1039

☑ E se houver o pagamento da contribuição social sonegada posterior à ação fiscal, porém antes do recebimento da denúncia? 1052

☑ Será possível a denunciação caluniosa contra os mortos? 1121

☑ O propósito de autodefesa exclui o crime de denunciação caluniosa? 1123

☑ Comunicação falsa de crime (ou contravenção) perante policiais militares configura o ilícito em estudo? 1127

☑ Surge então a inevitável pergunta: a comunicação falsa será absorvida pelo estelionato ou o agente responderá pelos dois crimes, em concurso? 1128

☑ O crime do art. 342 admite o concurso de agentes? 1135

☑ Mas, que é a verdade? 1135

☑ Processo anulado faz desaparecer falso testemunho? 1136

☑ De quem é a competência para julgar o falso testemunho cometido em depoimento prestado na Justiça Eleitoral, na Justiça do Trabalho e na Justiça do Distrito Federal e dos Territórios? 1139

☑ A lei, referindo-se a sentença, fomenta a dúvida: será a de primeira instância ou a definitiva? 1142

☑ Daí surge a inevitável indagação: trata-se, no caso, de concurso formal ou material? 1150

☑ De quem é a competência para julgar o crime de coação no curso do processo cometido no âmbito da Justiça Eleitoral e da Justiça do Trabalho? 1150

☑ E se o agente foi absolvido por falta de provas, aquele que o auxiliou a subtrair-se da ação da autoridade responde pelo favorecimento pessoal? 1164

☑ Mas qual será o número mínimo de presos em levante para configurar o delito do art. 354 do CP? 1183

TÍTULO XI
DOS CRIMES CONTRA O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO 1217